



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

229ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Ata da ordem dos dias 10 e 11 de dezembro de 2014

BRASÍLIA – DF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

229ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Local: Sala de Reuniões do CNAS, Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, Ala A, 1º Andar, Brasília-DF

Data: 10 e 11 de dezembro de 2014

1 Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e catorze teve início a Ducentésima Vigésima Nona
2 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Presidência do
3 Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante Titular da
4 Associação Brasileira de Deficientes Visuais – ABEDEV, Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos.
5 Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade e Suplentes do CNAS:
6 Conselheira Luziele da Silva Tapajós, MDS; Conselheira Carolina Gabas Stucchi, MDS; Pedro
7 Tomás de Oliveira Neto, MDS; Conselheira Solange Teixeira, SENARC; Conselheiro Fábio Bruni,
8 MDS; Conselheira Elisabeth Cagliari Hernandez, MS; Conselheiro Ubirajara Bento Marques;
9 Conselheira Maria das Graças Soares Prola, FONSEAS; Conselheira Maria Lúcia Linhares
10 Marquim, CONGEMAS; Conselheira Raimunda Cadó, Fundação Fé e Alegria do Brasil;
11 Conselheiro Thiago Ferreira Cabral, Fundação Dorina Nowill para Cegos; Conselheira Claudia
12 Laureth Faquinote; Conselheiro Naelson da Silva Ferreira, Rede Brasileira de Cooperação ao
13 Desenvolvimento; Conselheira Márcia de Carvalho Rocha; Conselheira Dulcinéia Reginato
14 Francisco, Pia Sociedade de São Paulo; Conselheiro Alceu Kuhn, Organização Nacional de Cegos
15 do Brasil; Conselheira Aldenora González, Instituto EcoVida; Conselheiro Anderson Lopes
16 Miranda, Movimento Nacional de População de Rua; Conselheiro Samuel Rodrigues, Fórum
17 Nacional de População de Rua; Conselheira Eufrásia Agizzio, Associação Brasileira de Autismo;
18 Conselheira Carmen Lúcia Fogaça; Conselheira Jucileide do Nascimento, Representante do
19 Conselho Federal de Serviço Social; Conselheira Clátia Regina Vieira, Federação Nacional dos
20 Empregados em Instituições Beneficentes Religiosas e Filantrópicas; Conselheira Márcia de
21 Carvalho Rocha; Conselheira Patricia Alves Vieira, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do
22 Brasil; Conselheiro Leovane Gregório, Conselho Federal de Psicologia; Secretária-Executiva

23 Substituta, Sra. Dorinha. **CONVIDADOS:** Secretária Denise Colin, SNAS; Sr. Luis Henrique
24 Paiva, Secretário SENARC; Sr. Moisés Castro, CONSEAS/SP; Maria Silvia Coviello,
25 CONSEAS/SP; Sra. Marília de Assis, COMAS/SP; Sra. Cássia Goreti da Silva, COMAS/SP;
26 Joaquim Carlos M. Carvalho, COMAS/SP; Sr. Carlos Nambu, COMAS/SP; Luziana C. A.
27 Maranhão, FNTSUAS/COFFITO; **ABERTURA.** Aos dez dias do mês de setembro de dois mil e
28 catorze, o Presidente iniciou a Ducentésima Vigésima Nona Reunião Ordinária do Conselho
29 Nacional de Assistência Social cumprimentando os presentes, juntamente com a Conselheira
30 Luziele. Solicitou à Secretária-Executiva Substituta a conferência do quorum: Conselheiros
31 Titulares: Luziele Tapajós, Raimunda Nonata Cadó, Cláudia Faquinote, Márcia de Carvalho Rocha,
32 Alceu Kuhn, Anderson Lopes Miranda, Samuel Rodrigues, Clátia Regina Vieira, Edivaldo da Silva
33 Ramos, Patrícia Alves Vieira e Maria Lúcia Marquim. Conselheiros Suplentes: Elizabeth
34 Hernandez, Thiago Cabral, Naelson Ferreira, Dulcinéia Reginato Francisco, Aldenora Gomes
35 Gonzalez, Carmem Lúcia Fogaça, Eufrásia Agizzio e Jucileide do Nascimento. **Item Aprovação da**
36 **ata da 228ª Reunião Ordinária do CNAS e da Pauta da 229ª Reunião Ordinária.** O Presidente
37 indagou se havia algum questionamento. Em não havendo, considerou a Ata da 228ª Reunião
38 Ordinária do CNAS aprovada pelo Pleno. A seguir, a Secretária-Executiva Substituta procedeu à
39 leitura da **Pauta** - 08/12/2014 – COMISSÕES TEMÁTICAS – Manhã - 10h às 18h: Reunião
40 Extraordinária da Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais. □
41 Reunião Ordinária da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda. Dia
42 09/12/2014 – COMISSÕES TEMÁTICAS – Manhã - 9h às 16h: Reunião da Comissão de
43 Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social: Validação do documento final que trata dos
44 comentários à Resolução CNAS nº 15/2014 e outros. Reunião da Comissão de Financiamento e
45 Orçamento da Assistência Social: Apresentação da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania -
46 SENARC e Secretaria Nacional de Assistência Social. - SNAS da forma de pagamento, execução e
47 prestação de contas do IGD PBF e IGD SUAS e outros. Reunião da Comissão de Normas da
48 Assistência Social: Apresentação das informações preliminares dos dados do CNEAS pelo
49 Departamento de Rede Socioassistencial Privada do SUAS- DRSP/SNAS e outros. Reunião da
50 Comissão de Política da Assistência Social: Apresentação e debate do resultado dos trabalhos da
51 Subcomissão Trabalhadores do SUAS e outros. Tarde- 16h às 18h: Reunião da Presidência
52 Ampliada. Dia 10/12/2014 – PLENÁRIA – Manhã - 9h às 09h15: Aprovação da ata da 228ª
53 Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da 229ª Reunião Ordinária. 09h15 às 09h30: Informes da

54 Presidência/Secretaria Executiva, MDS, CIT, FONSEAS, CONGEMAS e Conselheiros. 09h30 às
55 12h: Avaliação da Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS – Salvador, BA. Tarde - 14h às
56 16h: Apresentação do Balanço das Ações da Secretaria Nacional de Assistência Social –
57 SNAS/MDS e debate. 16h às 18h: Balanço das Ações da Secretaria Nacional de Renda de
58 Cidadania – SENARC/MDS e debate. Dia 11/12/2014 – PLENÁRIA – Manhã - 9h às 10h30:
59 Relato da Presidência Ampliada. 10h30 às 11h30: Relato da Comissão de Acompanhamento aos
60 Conselhos da Assistência Social. 11h30 às 12h30: Relato da Comissão de Monitoramento das
61 Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social. Tarde - 14h às 15h: Relato da
62 Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda. 15h às 16h: Relato da
63 Comissão de Normas da Assistência Social. 16h às 17h: Relato da Comissão de Financiamento e
64 Orçamento da Assistência Social. 17h às 18h: Relato da Comissão de Política da Assistência
65 Social. O Presidente submeteu a pauta à aprovação, com a mesma sendo acatada pelo Pleno. **Item**
66 **Informes da Presidência e da Secretaria-Executiva:** *“Ausências justificadas. A Conselheira*
67 *Zilene Santana Silva Rabelo nessa reunião ordinária devido a compromissos institucionais, a*
68 *Conselheira Margarida Munguba Cardoso nessa reunião ordinária devido a compromissos*
69 *institucionais, o Conselheiro José Cruz nessa reunião, nos dias 10 e 11 de dezembro devido a*
70 *compromissos institucionais, a Conselheira Margareth Dallaruvera nessa reunião ordinária devido*
71 *à doença na família, a Conselheira Juliana Agatte na reunião da Comissão de Acompanhamento de*
72 *Benefícios e Transferência de Renda devido a compromissos institucionais, a Conselheira Léa*
73 *Braga na Comissão de Acompanhamento de benefícios e transferência de renda devido a doença, a*
74 *Conselheira Fátima Rampin na reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e*
75 *Transferência de Renda devido a compromissos institucionais. Convocações, participação. O*
76 *Presidente do CNAS participou dos seguintes eventos: Reunião Ampliada do CEAS Roraima com o*
77 *CMAS nos dias 03 e 04 de dezembro de 2014, Encontro Regional do Conselho Nacional de*
78 *Assistência Social com os Conselhos Estaduais de Assistência Social - CEAS Região Nordeste*
79 *realizado nos dias 24 e 25 de novembro em João Pessoa-PB; Seminário Nacional Sobre Trabalho*
80 *Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social nos dias 26 a 28 de novembro em*
81 *Brasília; Seminário O Direito e Assistência Social nos dias 02 e 03 de dezembro em Brasília;*
82 *Segunda Reunião da Câmara Técnica da CIT de 2014 sobre ASSESUAS Trabalho no dia 05 de*
83 *dezembro em Brasília. A Conselheira Margareth Alves Dallaruvera participou da reunião do*
84 *Fórum Nacional de Aprendizagem nos dias 13 e 14 de novembro de 2014 em Brasília. A*

85 *Conselheira e Vice-Presidente Luziele Tapajós participou da 6ª Plenária Nacional Estatutária nos*
86 *dias 26 a 28 de novembro de 2014 em Florianópolis. Os Conselheiros e Conselheiras Dulcinéia*
87 *Reginato, Patrícia Vieira, Raimunda Cadó e Anderson Miranda participaram do 5º Fórum*
88 *Interconselhos no dia 08 de dezembro de 2014 em Brasília. A Conselheira Juliana Picoli Agatte*
89 *participou da reunião ampliada do CEAS Roraima com os CMAS nos dias 03 e 04 de dezembro de*
90 *2014. Os Conselheiros Luziele Tapajós, Anderson Miranda, Cláudia Faquinote, Simone Aparecida*
91 *Albuquerque, Solange Teixeira, Naelson Ferreira e Elisabeth Fernandes foram convocados para*
92 *participar do Encontro Regional do Conselho Nacional de Assistência Social com os Conselhos*
93 *Estaduais de Assistência Social Região Nordeste realizado nos dias 24 e 25 de novembro em João*
94 *Pessoa-PB. O Conselheiro Anderson Miranda participou da 134ª reunião da CIT no dia 04 de*
95 *dezembro de 2014 em Brasília. Os Conselheiros titulares e suplentes foram convocados para a 229ª*
96 *Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social em realização no período de 09 a*
97 *11 de dezembro em Brasília. Comunicados. Foi deliberado na 228ª Reunião Ordinária do CNAS o*
98 *adiamento da reunião trimestral do CNAS com o CEAS, previsto inicialmente para dezembro de*
99 *2014 para o mês de fevereiro de 2015. Considerando que a nova data da reunião descentralizada e*
100 *ampliada do CNAS foi remanejada para o final do mês de novembro, ficando muito próximo da*
101 *Reunião Ordinária de dezembro, além do grande número de eventos que estão sendo realizados no*
102 *âmbito da assistência social neste mês, dificultando a conciliação de agendas. A Reunião da*
103 *Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda prevista para o dia 08 de*
104 *dezembro foi cancelada por falta de quórum. E-mails recebidos. A Federação Nacional das APAES*
105 *enviou e-mail, o qual agradece a brilhante participação do presidente Eivaldo Ramos como*
106 *palestrante do 25º Congresso Nacional das APAES, 4º Fórum de Autogestão e Autodefensoria, e*
107 *44º Congresso Estadual das APAES do Paraná 2014. Acrescentando que sua contribuição foi*
108 *extremamente valiosa para o êxito do evento. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à*
109 *Fome e a Secretaria Geral da Presidência da República convidaram o CNAS para participar da 6ª*
110 *Edição dos Diálogos Governo e Sociedade Civil Plano Brasil Sem Miséria no dia 11 de dezembro*
111 *de 2014 em Brasília. O CNAS informou a impossibilidade de participação devido a coincidir com a*
112 *229ª Reunião Ordinária do CNAS. E recebimento do convite para o lançamento do livro o Brasil*
113 *Sem Miséria. Aqui cabe uma ressalva de que na Reunião da Presidência Ampliada ontem a*
114 *Presidência Ampliada deliberou por ter uma representação do Conselho, que será o Conselheiro*
115 *Anderson Miranda tanto no lançamento do Livro Brasil Sem Miséria quanto no Evento do dia 11.*

116 *E-mails enviados. Pauta da 229ª Reunião Ordinária do CNAS, Ata e Degravação da Reunião*
117 *Descentralizada e ampliada do CNAS e da 228ª Reunião Ordinária do CNAS. Resoluções e*
118 *Portarias. Resolução nº 31 de 19 de novembro de 2014, Diário Oficial de 26 de novembro de 2014,*
119 *Seção 1, Página 99, que delibera acerca da elegibilidade dos procedimentos para a doação da*
120 *lança da assistência social oceânica no exercício de 2014 e co-financiamento de sua manutenção.*
121 *Aniversariantes de dezembro: Samuel Rodrigues, dia 17 e Márcia Rocha, no dia 26 de dezembro.”*
122 A Conselheira Luziele justificou a ausência da Conselheira Léa Braga na Reunião da Comissão de
123 Normas por compromissos institucionais, da Conselheira Simone Albuquerque nesse e no dia
124 seguinte por ocasião do Encontro Nacional da Rede de Capacitação na ENAP; da Conselheira
125 Juliana Agatte e do Conselheiro Fábio Meireles no dia 10, por compromissos institucionais. O
126 Presidente informou que o Relato do MDS seria feito às 14h, pela Secretária Denise, juntamente
127 com sua fala sobre o balanço. **Item Informe da CIT**, pelo Conselheiro Anderson: “A 134ª Reunião
128 da Comissão Intergestores Tripartite. Ela ocorreu na data do dia 04 de dezembro aqui nessa sala.
129 Eu queria trazer que ela teve uma pauta muito boa, que acabou às 19 horas no dia 04. Nós tivemos
130 o primeiro ponto de pauta a orientação para adequação da legislação municipal normativa do
131 Sistema Único Municipal de Assistência Social. Então, está sendo feito via MDS, via CONGEMAS
132 e com o apoio do FONSEAS, do Estado uma lei municipal para a questão do Sistema Único de
133 Assistência Social, com a discussão com o prefeito, porque passa o orçamento, tudo isso. Então,
134 fundamental, importante essa discussão da legislação que vai para os cinco mil quinhentos e
135 poucos municípios. O segundo ponto de pauta foi o prazo estabelecido de pactuação
136 regionalização do serviço de média e alta complexidade, reordenamento. Então, tem uma
137 Resolução, a CIT aprovou essa Resolução de mudança de prazo. Então, já está sendo
138 encaminhada. Muito boa. Depois o preenchimento do Cadastro Nacional das Entidades, o CNEAS.
139 Eu acho que foi apresentado isso e foi pedido um tempo maior. Foi estabelecido, eu acho que tem
140 esse prazo, esse tempo porque muitas organizações ou secretarias não conseguiram, municípios
141 não conseguiram preencher o CNEAS. Então, pediram um tempo maior. Eu acho que houve uma
142 pactuação na CIT também. O balanço da SENARC, a Secretaria Nacional de Renda e Cidadania
143 trouxe um balanço que vai trazer hoje à tarde para nós, mas ele já fez esse balanço na CIT. Eu
144 acho uma pauta Presidente, Vice-Presidente e Conselho importantíssima. A Secretaria Nacional,
145 Ministério da Mulher, da vítima de violência. Isso é uma pauta que, então, houve na CIT, uma
146 discussão muito grande dos programas para a mulher, principalmente as mulheres vítimas de

147 *violência e essas mulheres vítimas de violência, quando a gente fala, elas estão nas políticas de*
148 *assistência social, no CRAS, no CREAS, no serviço de acolhimento, em vários programas. Então,*
149 *foi trazido aqui um balanço também da política para a mulher vítima de violência. Eu acho,*
150 *presidente, que é uma pauta que a gente tem que pensar para o ano trazer para esse pleno,*
151 *convidar para esse pleno porque é de fato uma discussão importantíssima. E o ID CRAS e o ID*
152 *CREAS e aí como também trouxe o balanço da Secretaria Nacional de Assistência Social, onde a*
153 *Secretária também, Denise Colin, vai fazer esse balanço hoje à tarde para nós, para o Conselho.*
154 *Então, eu não vou entrar muito, mas foi muito importante a pauta da CIT. Houveram algumas*
155 *pactuações, como eu coloquei aqui, de prazo, de tempo e foi muito importante. É esse o informe da*
156 *CIT Presidente”. O Presidente informou que duas Resoluções comentadas pelo Conselheiro, viriam*
157 *no Relato da Presidência Ampliada e os avanços que estavam sendo implementados nesse espaço.*
158 **Item Informes do FONSEAS.** A Conselheira Maria das Graça indicou a realização de reunião no
159 dia 03, com os Secretários de Estado se preparando para fazer a transição, deixando os cargos no
160 próximo dia 31 de dezembro. **Item Informes do CONGEMAS,** pela Conselheira Maria Lúcia:
161 *“Bom dia Presidente, bom dia Vice-Presidente Luziele, bom dia a todos os companheiros e*
162 *companheiras aqui, Conselheiros. Bom, somente agora nesse momento confirmar a Reunião*
163 *Regional do CONGEMAS da Região Sul, que será conforme anunciamos em Salvador no Balneário*
164 *Camboriú e agora com datas, 26 e 27 de março. A gente espera que o nosso Conselho se faça*
165 *presente nos encontros regionais e, sobretudo, no encontro nacional que vai ser em Fortaleza em*
166 *abril de 2015. Registrar também que estamos tendo todo o apoio do MDS, inclusive já com*
167 *participação no Centro-Oeste e uma abertura para que a gente esteja convidando o pessoal do*
168 *próprio MDS, assim como da SENARC para se fazer presente por causa das oficinas. E é um*
169 *momento ímpar, que a gente sempre registra para a formação, para esclarecimentos e tudo mais.*
170 *Inclusive com práticas exitosas também. Então, a gente faz esse chamamento e o CONGEMAS*
171 *também tem colocado na pauta desses encontros regionais a questão o pacto de aprimoramento de*
172 *gestão. Visto que eu acho que está bem identificado em todos os encontros que a gente tem ido*
173 *agora nos descentralizados, que os nossos estados e municípios estão muito lentos nesse processo,*
174 *nessa construção mesmo do entendimento do pacto. Ontem, aqui, à tarde mais uma vez foi muito*
175 *bem colocado isso, que os Conselhos estão distantes e eles não tem...Essa distancia advém*
176 *exatamente das gestões, que também não estão apropriadas e os encontros regionais, eles estão*
177 *voltados a essa potencialização do domínio do pacto de aprimoramento para que o nosso SUAS*

178 *seja plenamente consolidado conforme a proposta já do tema de nossa conferência. O informe só é*
179 *esse para hoje. Muito obrigada pela atenção”. **Item Informes dos Conselheiros. Conselheiro***
180 **Anderson:** *“Eu pedi para dar o informe, Presidente, porque no dia 01, 02 e 03, como o mês*
181 *passado a gente mencionou em Salvador, no RDA, dia 03 de dezembro teve o encontro com a*
182 *Presidenta Dilma Rousseff em São Paulo, mas como o Conselheiro Samuel colocou no mês*
183 *passado, 01, 02 e 03 teve a Expo Catador, um encontro de catadores de materiais recicláveis no*
184 *Anhembi, onde a gente teve mais de 1.500 catadores e população em situação de rua participando*
185 *do evento, questão e economia solidária, coleta seletiva, várias ações sociais e no dia primeira a*
186 *gente teve, muito importante, o encontro com o nosso ex-presidente lula, por mais que muitos falam*
187 *que não é mais presidente, mas tem uma grande agenda, onde a gente traçou alguns caminhos até*
188 *do instituto de formular algumas questões para a população em situação de rua e no dia 03 a gente*
189 *teve um encontro com a presidenta Dilma, aonde 11 pessoas em situação de rua receberam o*
190 *certificado do PRONATEC, se formaram, receberam o certificado do PRONATEC da mão da*
191 *Presidenta e foi uma agenda, assim, muito importante para nós. Então, no dia 03 de dezembro, a*
192 *gente teve um encontro em São Paulo, mais de 2.000 pessoas catadores e parceiros lá. Esse é um*
193 *pouco o nosso informe do Movimento Nacional da População de Rua do Brasil”. **Conselheiro***
194 **Naelson:** *“Bom dia Senhor Presidente, bom dia senhores Conselheiros e Conselheiras. Gostaria de*
195 *informar que no dia 08 último, última segunda-feira agora, o CEAS de Mato Grosso do Sul,*
196 *juntamente com a gestão, realizaram o encontro da Assistência Social, onde foi tratado o marco*
197 *regulatório, houve certificação dos participantes do Capacita SUAS e o Conselho Nacional esteve*
198 *presente através do nosso Presidente Edivaldo. Eu, apesar de ser Conselheiro lá no CEAS, tinha*
199 *compromisso aqui e não pude participar, mas o CEAS me passou que o ponto forte do evento foi a*
200 *assinatura do Decreto que cria a Escola Estadual de Assistência Social em Mato Grosso do Sul. Eu*
201 *gostaria que o Conselheiro, Senhor Presidente Edivaldo pudesse falar algo a respeito do evento”.*
202 **O Presidente** *relatou: “Obrigado Conselheiro. Eu, na verdade, eu estava aqui um pouco... na hora*
203 *que nós fomos começar aqui os informes, o Conselheiro Anderson começou, eu me lembrei e*
204 *verifiquei aqui no informe da Presidência e acabamos não registrando essa minha participação e*
205 *estava até comentando com a Secretaria-Executiva Dorinha, mas... E aí eu faria, Conselheiro*
206 *Naelson, isso no final dos informes. Como o senhor me solicitou, eu vou furar a fila aqui, aplicar a*
207 *lei 10.048, prioridade no atendimento à pessoa com deficiência. Porque, de fato, Conselheiro, nós*
208 *teríamos que ter constado isso nos informes, está ok? Então, mais para fins de organização, para*

209 não deixar muito distante do assunto, até para a degravação depois ter mais facilidade de
210 organização do registro. Então deveria constar. Participei do Seminário 21 ano de LOAS e oito
211 anos de gestão estadual. Essa parte da assinatura do decreto, Conselheiro e demais Conselheiros,
212 eu não estive porque não foi no período da manhã, deve ter sido em outro ponto da programação,
213 quer dizer, deve ter sido não, foi em outro ponto, que a minha participação só se deu na manhã da
214 segunda-feira. O Conselheiro José Cruz participou do período da tarde. Talvez até ele tenha
215 presenciado, mas eu particularmente não. Mas o que eu queria registrar desse evento, na verdade,
216 foi assim, foi um evento bastante amplo, com a participação bastante grande, como disse ontem o
217 Conselheiro José Cruz na Reunião das Comissões de Política e Conselhos, um grupo muito grande,
218 ele estimou em torno de mil pessoas. Eu, honestamente, não cheguei a ter esse alcance todo, mas,
219 para mim realmente era um público grande. E o que eu quero registrar aqui mesmo é a coragem da
220 nossa ex - Conselheira Tânia Garib pelo feito, porque naturalmente final de mandato normalmente
221 o que se faz é mais ou menos assim, como diria a minha vó, “lava as mãos e deixa o barco seguir,
222 já acabou mesmo, não vamos mexer em mais nada” e, no entanto, foi bastante desafiadora a ideia
223 daquela gestão de realizar um evento basicamente de avaliação no fechar do governo e onde
224 tinham gestores municipais, Conselheiros, técnicos de todo o estado e foi um evento que eu
225 considerei, assim, muito digno de pessoas que são verdadeiramente comprometidas com a política
226 de assistência social, porque como eu disse, fim de mandato possivelmente grande parte das
227 pessoas diria “ah, não vamos fazer mais nada não, o que tinha que ser feito já foi feito”, ou então,
228 faria um evento apenas para fim de exposição de conteúdo essa coisa toda. O evento era avaliativo
229 mesmo, a Secretária fez um relato da sua atuação. O CEAS fez também uma exposição e depois a
230 programação se estendia com outros setores da Secretaria, fazendo exposição e aí também era
231 aberto para os debates, para as pessoas perguntarem, dialogarem, muito nesse cunho festivo, mas
232 também de prestação de contas e de diálogo com a sociedade como um todo. Então, eu só quis
233 mesmo fazer esse registro. Muito obrigado”. **Conselheiro Leovane:** “Bom dia a todas e a todos os
234 Conselheiros, as pessoas que vieram prestigiar nossa reunião. Como eu dei na outra reunião de
235 novembro, dado conhecimento a este Conselho da Formação da Comissão Nacional de Psicologia
236 na Assistência Social. Então, nós, no Congresso Brasileiro, no 4º Congresso Brasileiro em São
237 Paulo, nós submetemos essa comissão a um debate lá no Congresso Brasileiro e efetivamente essa
238 comissão passa a funcionar agora e a gente tem aqui como algumas ações a questão de trabalhar
239 na produção de referências técnicas, intermediação da produção do conhecimento acadêmico ou

240 *uma questão dos profissionais e as suas práticas, o mapeamento das práticas profissionais*
241 *considerando a realidade do SUAS e além disso, assim, tentar trabalhar no fortalecimento dos*
242 *usuários nessa política. Então, a nossa ideia, com essa comissão nacional, é fortalecer o papel dos*
243 *psicólogos e da psicologia nessa política e colaborar ao máximo para que de certa forma, a gente*
244 *ajude a consolidar de vez o SUAS neste país. Muito obrigado”. **Conselheira Aldenora:** “Bom dia a*
245 *todos e todas. Eu tenho três informes, bem rapidamente. No dia 26 de novembro, eu participei pelo*
246 *Instituto Ecovida da Reunião do GT de Agricultura Urbana e Peri Urbana, que faz parte do*
247 *Conselho Nacional de Segurança Alimentar, onde nós aprovamos um documento norteador*
248 *incluindo a assistência social nessa discussão, porque lá no CONSEA só se discutia com o*
249 *Ministério das Cidades, Direitos Humanos, Secretaria da Mulher e a gente não enxergava em*
250 *nenhum momento à assistência social nesse debate. Então, nós conseguimos aprovar um*
251 *documento muito legal, que está sendo fechado agora e assim que disponibilizarem eu vou enviar*
252 *para a Presidência para solicitar para que envie a todos os Conselheiros. No dia 27 e 28 eu*
253 *participei também da reunião do CONSEA, onde a gente aprovou o calendário já das Conferências*
254 *municipais, estaduais e nacionais de segurança alimentar, que será também no ano que vem e*
255 *durante o processo de conferência a gente aprovou a realização de quatro grandes encontros e um*
256 *deles que será direcionado para o povo da Amazônia, onde a gente vai discutir a insegurança*
257 *alimentar dos povos indígenas e das comunidades tradicionais. A minha outra participação foi*
258 *agora no dia 05 de dezembro, onde eu participei já enquanto fórum nacional dos usuários do SUAS*
259 *na reunião com a SENARC aqui em Brasília, no dia 05, nós participamos de uma oficina intitulada*
260 *Ideias e Perspectivas para Educação Financeira de Famílias de Baixa Renda. É uma iniciativa*
261 *muito legal que está sendo realizada pela SENARC, onde vai trabalhar a inclusão das famílias que*
262 *são beneficiárias do Bolsa Família, mas eu achei assim muito interessante porque vai trabalhar*
263 *uma temática que não é discutida, que, assim, diariamente, que é justamente a inclusão financeira,*
264 *educar, ensinar como utilizar o banco, trabalhar a temática da bancarização e após isso trabalhar*
265 *a economia solidária com as mulheres. Obrigada”. **Conselheira Patrícia:** “Bom dia a todos e*
266 *todas aqui presentes, aos convidados e Conselheiros, ao Presidente e Vice-Presidente Luziele. O*
267 *informe é da nossa reunião, que eu, a Cadó, Dulce e o Companheiro Anderson participamos da*
268 *reunião no dia 08 interconselhos, no qual essa mesma reunião se repetirá em março para*
269 *aprimorar a proposta do PPA participativo e também dizer que ontem as centrais sindicais se*
270 *reuniram com a Presidente, na qual a CTB estava presente e que de lá foram tiradas algumas*

271 *deliberações importantes e já a discussão sobre os reajustes salariais e demais propostas.*
272 *Obrigada”.* **Conselheiro Samuel:** *“Bom dia à Vice-Presidente, bom dia aos demais Conselheiros,*
273 *bom dia a todos os convidados. Queria saudar aqui muito carinhosamente o companheiro Leonildo*
274 *que está aqui nos visitando e que vai ser o novo Conselheiro Nacional de Direitos Humanos,*
275 *representando o movimento naquele Conselho, dizer seja bem vindo e bom trabalho. O Conselheiro*
276 *sabe também da empreitada que o espera. Enfim, bem rapidamente, eu queria informar que nós*
277 *vamos realizar um seminário estadual em Belo Horizonte sobre a Política Estadual da População*
278 *de Rua, Minas está há um ano já, eu já informei aqui, com a política da população de rua*
279 *sancionada e agora vai se implantar um comitê a partir de 2015 para trabalhar o monitoramento,*
280 *o acompanhamento dessa política. Então, vai ser dia 17 de dezembro que nós vamos estar*
281 *realizando esse Seminário, o Movimento, o Fórum, os demais parceiros em BH. Eu queria informar*
282 *a minha ausência na parte da tarde em face da posse do Conselheiro Leonildo no Conselho*
283 *Nacional, justificar a minha ausência. A gente recebeu o convite, vai estar lá acompanhando e*
284 *prestigiando o companheiro. E queria apresentar aqui Vice-Presidente, Presidente e demais*
285 *Conselheiros, depois para encaminhar para o CNAS, nós acabamos de receber uma denúncia, o*
286 *próprio companheiro Léo que nos entregou aqui, de uma ação na cidade de Suzano em São Paulo,*
287 *de uma Kombi transportando as pessoas em situação de rua, oito pessoas em situação de rua para*
288 *Santos. O processo já está encaminhado, já foi feito boletim de ocorrência, mas eu acho bacana a*
289 *gente poder informar aos Conselhos Municipais dessas duas cidades para acompanhar esse*
290 *processo. O documento está aqui e a gente vai deixar depois com quem de direito. Enfim, acho que*
291 *era isso um pouco dos informes. Uma boa reunião para todos nós”.* **Conselheira Jucileide:** *“Bom*
292 *dia a todos e a todas. (inaudível) contrário do que o Mato Grosso do Sul vem fazendo, assim, eu*
293 *estou muito entristecida com as últimas notícias que eu tenho recebido do Estado da Bahia. Eu*
294 *gostaria de informar isso aqui no Conselho Nacional sobre as mudanças estruturais que vão*
295 *acontecer no próximo ano, com a estrutura de governo, com o novo governador e dentre essas*
296 *mudanças o que está previsto e já foi anunciado na mídia é a questão da fusão da Secretaria de*
297 *Desenvolvimento Social, SEDES, com a Secretaria de Direitos Humanos. A Sociedade Civil se*
298 *reuniu na segunda-feira, nós já dialogamos sobre isso e estamos preparando um documento como*
299 *sociedade civil, mas eu acredito que o Conselho Nacional de Assistência tem que ter conhecimento*
300 *e inclusive solicitar alguma informação oficial do Conselho Estadual de Assistência. Então, eu*
301 *acho que nós temos que ficar atentos a esse processo de mudança que está acontecendo em outros*

302 *estados também, mas é um papel do Conselho Nacional observar e acompanhar o que de fato vem*
303 *ocorrendo, porque existe uma corrente dizendo que essa fusão vai dar super poderes à Secretaria*
304 *de Assistência, que vai ser positivo e outra corrente, que eu comungo com a segunda corrente, que*
305 *vai tirar a identidade da nossa política de assistência social e um retrocesso diante de tudo que já*
306 *foi construído nas conferências de Assistência Social. E é esse informe que eu quero passar”.*
307 **Conselheiro Alceu:** *“Bom dia Vice-Presidente, bom dia Presidente, bom dia Conselheiros. Bom*
308 *dia nossos visitantes, nossos convidados. Alguns informes, então. Um informe conforme a fala da*
309 *Conselheira anterior com relação a essa questão das estruturas dos novos governos, Santa*
310 *Catarina ainda não definiu, mas também há uma possibilidade de se criar uma Secretaria com*
311 *várias políticas e entre elas a política da assistência, então, se pensa numa secretaria de inclusão*
312 *social porque a dificuldade lá é a compreensão dos conselhos que não são de políticas públicas em*
313 *quais secretarias eles estariam. Então, eu acho que está um pouco confuso isso. E lembrando que o*
314 *governo lá é reeleito, então, bem como disse a nossa Vice-Presidente, não são só os governos*
315 *novos que estão com esse novo formato, mas os próprios governos reeleitos. Então, é importante*
316 *que nós estejamos atentos realmente para essas novas estruturas, para que principalmente a*
317 *política da assistência social realmente se alargue e não se estreite. Um outro informe também. O*
318 *Conselho Municipal de assistência social de Chapecó, em comemoração aos 21 anos da LOAS,*
319 *produziu um documento e publicou na imprensa essa semana. Acho que isso também é sempre*
320 *importante por mais que a LOAS já está há 21 anos, mas a publicização é sempre importante. E*
321 *também registrar que no dia 03 de dezembro comemoramos o dia internacional da pessoa com*
322 *deficiência. Os senhores provavelmente tiveram a oportunidade de acompanhar na mídia diversos*
323 *eventos realizados. Então, tanto o CONADE aqui em Brasília, quanto os conselhos estaduais e os*
324 *conselhos municipais de direitos da pessoa com deficiência e principalmente as entidades. Então,*
325 *no Brasil afora realizaram ações principalmente com o objetivo de conscientização da população*
326 *com relação ao que é a pessoa com deficiência, porque os direitos nós já sabemos que temos os*
327 *direitos, eles já estão assegurados em legislação. Aliás, uma legislação bastante ampla no nosso*
328 *país. Entre estas, eu destaco sempre a Convenção da ONU, que já está como emenda da nossa*
329 *Constituição, mas o trabalho com a população é sempre importante. Então, esse trabalho que as*
330 *entidades, essas ações foram levadas a êxito no nosso país. Muito obrigado”.* **Conselheiro Pedro**
331 **Tomás:** *”Bom dia Presidência, bom dia aos Conselheiros, aos convidados. Eu trago aqui apenas*
332 *um informe da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, a SAGI, que hoje e amanhã,*

333 *inclusive paralela, hoje paralela a essa reunião, está promovendo um encontro com a Rede*
334 *Nacional de Educação Permanente com as instituições executoras dos cursos do programa*
335 *nacional de capacitação dos trabalhadores do SUAS. Um encontro que tem o objetivo de fazer uma*
336 *avaliação da primeira etapa do programa Capacita SUAS e de discutir os próximos passos do*
337 *programa sob o ponto de vista sobre o papel da própria instituição Executora que compõe a*
338 *RENEP, a Rede Nacional de Educação Permanente. Então, o informe aqui é só para dar ciência*
339 *para os senhores Conselheiros e Conselheiras da importância dessa reunião que está sendo*
340 *realizada lá na Escola Nacional de Administração Pública. Obrigada”.* **Conselheiro Anderson:**
341 *“Eu peço desculpa, eu sei que não precisa pedir desculpa, mas licença, porque eu esqueci de dois*
342 *informes, Presidente e Vice-Presidente, só para... Primeiro eu quero também, como o Conselheiro*
343 *Samuel, pedir ausência no período da tarde porque uma das maiores parceiras do Movimento*
344 *Nacional da População em Situação de Rua vai ser do Prêmio Nacional de Direitos Humanos e,*
345 *então, a gente vai estar lá também no Palácio ou aqui no Itamaraty, deve estar mudando a agenda*
346 *par ao Itamaraty para esse Prêmio. Então, nos Direitos Humanos tem o Prêmio População em*
347 *Situação de Rua. Então, ele é dado para entidades, parceiros e para o próprio movimento, eu já*
348 *recebi, a companheira Lúcia já recebeu, a Defensoria de São Paulo já recebeu. Agora é a Pastoral*
349 *Nacional da População em Situação de Rua que vai receber esse prêmio e é uma entidade que*
350 *apoia muito as ações do movimento e do protagonismo. Então, nós vamos estar lá apoiando junto*
351 *com a posse do Conselheiro Leonildo e também esse prêmio Nacional de Direitos Humanos, que*
352 *hoje faz 10 anos, 10 anos não. É o Dia Mundial dos Direitos Humanos. Então, a gente vai estar lá*
353 *nessa solenidade. Em um segundo momento, eu quero informar à mesa, eu recebi um convite, na*
354 *sexta-feira, eu estarei participando da TV do Governo Federal discutindo a Política Nacional de*
355 *Assistência Social, o SUAS, o Sistema Único de Assistência Social não só para a população em*
356 *situação de rua, mas para todas as questões dos usuários. Então, eu estarei lá de manhã na sexta-*
357 *feira, nesse debate, a convite da Secretária de Assistência Social, Denise Colin. Então, ela me*
358 *convidou a estar indo para esse debate. E o último informe é dizer e quero parabenizar aqui no*
359 *CNAS o Conselho Municipal de Belo Horizonte. O Conselho Municipal de Belo Horizonte fez o*
360 *Primeiro Encontro dos Usuários da Assistência Social e teve 300 usuários da assistência social*
361 *discutindo, debatendo. E outra, eu quero aqui parabenizar as organizações que trabalham com*
362 *esse público em Belo Horizonte. Todos elogiaram as entidades lá, agradecendo as entidades pela*
363 *parceria, pela politização que eles tiveram e a organização. Então, quero aqui também parabenizar*

364 ao Conselho Municipal e às organizações lá. Então, foi muito legal. Trezentos usuários em Belo
365 Horizonte discutindo o Sistema Único de Assistência Social. Isso é uma referência para o Brasil.
366 Então, eu quero agradecer. O Samuel não pode ir porque ele estava em Marrocos e eu fui
367 representando lá e foi uma boa discussão, uma boa fala, os usuários empoderados e dizendo o que
368 quer da política de assistência social do Sistema Único de Assistência Social. Parabéns ao
369 Conselho Municipal de Belo Horizonte.” **Conselheiro Thiago:** “Bom dia Senhor Presidente,
370 Senhores Conselheiros, equipe técnica, visitantes. É para dar um informe muito rápido. É que
371 entrou em vigor e a gente pautou isso, inclusive eu comuniquei à Comissão de Normas na reunião
372 de ontem. Entrou em vigor a lei 13.043 de 2014, agora em meados acho que na segunda quinzena
373 de novembro. É uma lei muito extensa, mas no Artigo 93 existe uma menção especificamente à
374 nossa área aqui da assistência social. Ela fala de bolsas de estudo e de comprovação de
375 certificação e etc., mas nesse artigo 13, que foi modificado, modifica o parágrafo 2º da lei 12.101,
376 fala que ações de outros serviços de assistência social seriam definidos por ato do Ministro do
377 Estado da Educação. Então, nós estaríamos... Não, não. O que seria considerado dentro do
378 conceito de Bolsa SUAS para eles. Então, nós aqui na comissão de normas já estávamos com um
379 grupo, estamos tentando formar um grupo de trabalho específico para discutir com o Ministério da
380 Educação como é que seriam a equivalência dessas bolsas de estudo, etc. Agora, houve esse novo
381 componente aqui só para contribuir mais para a discussão que já estava instalada. Então, a lei, na
382 verdade, eu vou dizer assim, a formalização de um compromisso, o próprio Conselho Nacional de
383 Assistência Social o ano passado, se eu não me engano, soltou uma nota pública onde solicitava a
384 alteração da 12.101, o advento da 12.868, solicitou a volta da questão do financiamento das
385 entidades de assistência social pelas entidades de educação, com aquela possibilidade de uso dos
386 5% e etc. Eu não vou me alongar nisso, mas isto aqui é a abertura do novo diálogo para
387 reestabelecimento daquilo que havia. Então, agora, nós, nesse grupo de trabalho que em conjunto
388 vamos formar aqui junto MDS e Ministério da Educação, acho que a gente vai trabalhar bastante
389 para encontrar um denominador comum que seja benéfico a todos e resgate aquele financiamento
390 “privado” que havia, a possibilidade desse financiamento privado que havia antes do advento da
391 lei 12.868. Então, era só esse informe. Como atinge diretamente isso. Já está pautado na comissão
392 de Normas. Nós já estamos cientes, a Doutora Carolina também do MDS já sabia e vamos
393 trabalhar em conjunto nisso, mas eu queria deixar consignado aqui. Muito obrigado Senhor
394 Presidente”. **Item Avaliação da Reunião Descentralizada e Ampliada de Salvador**, pela

395 Conselheira Luziele: “Avaliação da Reunião Descentralizada e ampliada do CNAS. Um,
396 informações gerais: local, Salvador-Bahia; data: 17 a 19 de dezembro de 2014; tema:
397 Representação e representatividade, desafio essencial para o controle social; programação em
398 anexo. Dois, parcerias: MDS, ata de eventos do MDS R\$ 96.713,89, serviços, equipamento e
399 receptivo; planos de viagens, passagens e diárias: R\$ 287.425,54. Sedes: Bahia e CEAS Bahia, R\$
400 58.651,10; infraestrutura local, o espaço e mobiliário, total R\$ 422.790,53. Três, síntese da
401 avaliação da Reunião Descentralizada e ampliada pelos participantes da reunião. Sobre o
402 credenciamento e participação efetiva. Do total de 481 inscrições feitas via SISConferência, apenas
403 300 compareceram no evento, 181 participantes não compareceram, representando 37% dos
404 faltantes. Após envio de e-mail aos participantes inscritos solicitando sua confirmação, apenas
405 2,6% comunicaram desistência. No dia e no local do evento foram escritos e credenciados 106
406 novos participantes, totalizando um total de 406 presentes. Sobre a avaliação. Recebido e
407 computado o total de 61 avaliações da Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS em
408 Salvador-BA. A escala de avaliação contem notas de um a cinco, variando entre muito ruim, ruim,
409 regular, bom e muito bom. Levando-se em conta a média das pontuações dos blocos, a RDA de
410 Salvador-BA foi avaliada como muito boa. Resumo dos comentários dos avaliadores. Apesar de o
411 local ser muito agradável, foi feita uma crítica sobre a escolha do hotel para assediar o evento em
412 função da distância e do alto preço, diária, refeição e transporte. Sobre a acessibilidade, foi
413 apontado o piso reto do auditório, que dificultava a visão dos que estavam sentados na parte de
414 trás. Foram feitos elogio em relação à programação e excelentes profissionais e algumas críticas
415 sobre o atraso no início das atividades da mesa redonda e das oficinas, prejudicando o tempo para
416 os debates. No Geral, o CNAS, o CEAS Bahia, o MDS e a SEDES Bahia foram parabenizados pela
417 realização da reunião descentralizada e ampliada. Considerações gerais dos participantes.
418 Previsão e programação das reuniões descentralizadas e ampliadas com maior antecedência.
419 Encaminhar as informações dos eventos aos conselhos municipais com o prazo mínimo de 30 dias
420 antes da realização do evento. Oportunizar nas mesas e oficinas, as trocas de experiências exitosas
421 de diferentes regiões, estados e municípios brasileiros, reavaliar a forma de credenciamentos.
422 Muitos inscritos no SISConferência não compareceram e tiraram a oportunidade de outras
423 pessoas. Sugere à organização do evento que forneça meio de transporte para o deslocamento dos
424 participantes que não se hospedam no local do evento. Temas sugeridos para as próximas
425 reuniões: Estratégias de monitoramento pelos Conselhos das metas e das qualidades dos serviços,

426 *programas, projetos e benefícios da política de Assistência Social; discussão acerca dos recursos*
427 *dos Fundos de Assistência Social, programação e devolução de recursos, bem como o debate sobre*
428 *punição para os municípios e responsabilização dos gestores no cumprimento das deliberações dos*
429 *Conselhos”*. O Presidente destacou a reincidência da questão de repensar o formato dessa reunião,
430 que parecia mais com um simpósio, mas com a necessidade de ouvir mais os participantes.
431 Registrou a proposta que na próxima reunião conseguissem repensar e verificar o que era uma
432 reunião, falando sobre esse formato. O Conselheiro Leovane falou sobre a importância desses
433 encontros e a pequena participação do usuário, sendo preciso pensar em uma estratégia de inscrição
434 e mobilizar os usuários para participarem desses eventos. Falou sobre a oficina em que havia
435 participado, sobre a forma de poder aumentar os recursos para política de Assistência Social, sendo
436 discutida na Comissão de Financiamento a possibilidade de emendas parlamentares sobre a
437 execução dos recursos. Observou que houve um saldo positivo nessa discussão, sendo preciso
438 colocar o tema do orçamento de forma a ser entendido e consolidando essa política. O Presidente
439 registrou não ser contrário ao formato existente, ressaltando que o mesmo era válido, oportunizando
440 a capacitação dos participantes, mas devendo acrescentar meios de participação direta como havia
441 sido feito nas reuniões regionais. O Conselheiro Naelson esclareceu que as reuniões
442 descentralizadas eram regimentais, sendo realizadas duas por ano. Que esse ano ainda era ano de
443 Conferência, com os estados tendo que arcar com as suas Conferências, com a vinda dos
444 Conselheiros para a Conferência Nacional, ressaltando a dificuldade de reunir recursos para
445 participação nesse evento. Solicitou, em nome dos CEAS e das gestões estaduais, que pudessem se
446 planejar antecipadamente para receber essas reuniões, considerando o alto custo da Assistência
447 Social para 2015. O Conselheiro Anderson destacou que havia sido um encontro de qualidade,
448 tendo lançado o Fórum Nacional dos Usuários do SUAS, construindo uma agenda e que criariam a
449 carta de princípios do Fórum Nacional, relatando a participação de Conselheiros para fortalecer essa
450 luta e justificando a ausência dos usuários que eram esperados. Que na Conferência Nacional de
451 2015 haveria grande participação dos usuários, relatando os procedimentos que seriam tomados. O
452 Presidente registrou os agradecimentos ao MDS, por ter inserido essa reunião na ata de eventos,
453 permitindo ter um suporte financeiro e diminuindo os gastos dos estados sede. Agradeceu a
454 recepção do Estado da Bahia e o excelente funcionado da Reunião. A Conselheira Luziele
455 manifestou-se contemplada com a fala do Presidente, mas destacando o seu empenho pessoal para a
456 boa realização do encontro, ademais do apoio do Conselheiro Naelson e da Sra. Ângela. Destacou

457 ser a primeira reunião bancada pelo MDS com a ata de eventos e a primeira em que a empresa saia
458 de Brasília para essa realização. Ressaltou que o CNAS havia estado nesse encontro, coeso nas
459 tarefas realizadas, a presença da Secretaria Executiva, dos trabalhadores do CNAS, com uma
460 gestora de mídias, que havia divulgado a Reunião e sugerindo que na próxima pensassem na
461 transmissão online, como a de Porto Alegre. O Presidente registrou sua satisfação a postura ética
462 dos Conselheiros, agradecendo a todos e, em especial, à Secretária-Executiva Substituta, Sra.
463 Dorinha, e a situação que havia contornado, com relação ao intérprete de libras contratado. A
464 Conselheira Graça Prola informou ter feito a coordenação da Oficina nº 03, Pactos de Gestão e
465 Federalismo e o Papel do Controle Social, chamando a atenção de todos para seu papel como
466 CNAS, no exercício de fato do controle social. Destacou a pouca informação dos CMAS e CAS
467 sobre os pactos de gestão, tema que haviam trabalhado na Comissão de Política no dia anterior,
468 discorrendo sobre a questão e a necessidade de oferecer os serviços com qualidade, destacando as
469 falas feitas anteriormente. O Conselheiro Thiago, elogiou a introdução teórica feita na parte da
470 manhã pelos profissionais, com a Sociedade Civil tendo que contribuir com um representante e
471 destacando a fala democrática dos três segmentos, destacando a importância das entidades na
472 relação no SUAS e seu importante papel na ligação entre usuários e trabalhadores. O Conselheiro
473 Thiago destacou o empenho especial da Conselheira Luziele sobre os recursos do MDS para a
474 realização desses eventos e a participação de todos. A Conselheira Jucileide observou ter sido sua
475 primeira participação como Conselheira em uma RDA, ressaltando o trabalho realizado. Concordou
476 com o Presidente quanto à metodologia, tendo mais cuidado sobre o tempo de abertura do evento e
477 de debates e com o material produzido nas oficinas devendo ser socializado ou utilizado na
478 Conferência Nacional, destacando, também, a metodologia usada pelo Conselheiro José Crus e
479 destacando o êxito dessa Reunião. O Presidente observou que em todas as reuniões o tempo de
480 debate seria considerado pequeno, sugerindo para as próximas criar uma espécie de tribuna livre,
481 com a fala de todos os representantes de Conselhos, discorrendo sobre essa participação. Agradeceu
482 a participação de todos, equipe técnica e Conselheiros, contribuindo para a elaboração da
483 programação e sucesso dessa Reunião. Considerando o tempo restante, solicitou a apresentação do
484 **Item Relato da Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de**
485 **Assistência Social**, pela Conselheira Aldenora: *“Reunião 002 de 2014, dia 08 de dezembro de*
486 *2014, Esplanada dos Ministérios, Anexo ao Bloco F, Ala A, Sala 108 CNAS. Conselheiros e*
487 *Conselheiras presentes: Aldenora Gomes Gonzáles, Coordenadora, Fábio Moassab Bruni,*

488 Coordenador Adjunto, Jucileide Nascimento, Maria Lúcia Nogueira Linhares Marquinhos,
489 Secretaria Executiva, Bechara Miranda, Carolina Ribeiro, Celda Chaves, Josué Santos, Lilian
490 Guedes, Rosângela Almeida, Suzany Oliveira. Das 10h às 18h. Primeiro, Informes. A Conselheira
491 Aldenora informou que no dia 05 de dezembro participou da Oficina de Trabalho Ideias e Ações
492 para Educação Financeira para Famílias de Baixa Renda da Secretaria Nacional de Renda e
493 Cidadania, SENARC, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, MDS. Esta oficina
494 faz parte da estratégia de aprimoramento da gestão e da oferta de serviços e apoio às famílias
495 beneficiárias do programa Bolsa Família, por onde o MDS vem discutindo formas de estruturar e
496 ofertar ações de educação financeira para famílias de baixa renda; 2 Análise da matriz das
497 deliberações da 9ª Conferência Nacional de Assistência Social. A Comissão de Monitoramento das
498 Deliberações das Conferências Nacionais analisou a matriz das deliberações com o apoio da
499 Secretaria Executiva do CNAS por meio dos servidores Bechara Miranda, Carolina Silva, Celda
500 Chaves, Rosângela Almeida, Suzany Gonçalves para análise da matriz das deliberações. 2.1
501 Metodologia e parâmetros utilizados para o monitoramento das deliberações. A Comissão avaliou
502 e monitorou as deliberações da 9ª Conferência Nacional utilizando como referência/exemplo o
503 instrumental 01, avaliação do SUAS, aprimorando o instrumental para esta análise e aprovou a
504 proposta de organizar seus membros em duplas de forma paritária entre governo e sociedade civil
505 para fazer a análise da matriz. Cada dupla analisou dois eixos, a saber: Jucileide e Fábio, eixo um,
506 o co-financiamento obrigatório da assistência social, e eixo três, gestão do trabalho, com o apoio
507 técnico de Bechara Miranda e Suzany Gonçalves; A dupla Maria Lúcia e Naelson trabalharam no
508 eixo dois, gestão do SUAS vigilância socioassistencial, processos de planejamento, monitoramento
509 e avaliação, e eixo quatro, gestão dos serviços, programas e projetos, com o apoio técnico da
510 Carolina Silva e Rosângela Almeida; Aldenora e o Pedro Tomás, assim, nós dividimos as duplas e
511 infelizmente o Pedro estava ausente, trabalhamos, então, no eixo cinco, gestão e benefício do SUAS
512 e eixo seis, regionalização, trabalhei com o apoio técnico da Celda Chaves. 2.2 O processo de
513 trabalho compreendeu as seguintes etapas: A. Estudo das normativas de cada deliberação; B.
514 Análise quantitativa, número e percentuais do estado das deliberações, se implementadas, em
515 andamento e não implementadas; C. Análise qualitativa, uma análise criteriosa das deliberações
516 em consonância com as normativas do SUAS vigentes e a realidade atual da implementação da
517 Política de Assistência Social. 2.3 Na análise e classificação das deliberações foram considerados
518 os seguintes conceitos em relação às deliberações: deliberações implementadas, aquelas

519 *consideradas concluídas e atendidas; deliberações em andamento, aquelas consideradas em*
520 *processo de implementação; deliberações não implementadas, aquelas consideradas não*
521 *realizadas. 2.4 A Comissão definiu a natureza das deliberações. Desta forma, consideraram-se as*
522 *seguintes naturezas relativas às deliberações: natureza permanente, que são aquelas deliberações*
523 *que possuem caráter continuado qual seja o status em que se encontrem; natureza pontual,*
524 *deliberações que possuem caráter transitório, que a partir da sua execução, cumprimento, é*
525 *incorporado ao SUAS; de natureza múltipla, são as deliberações que possuem uma multiplicidade*
526 *de demandas sejam de caráter permanente ou pontual; natureza intersetorial, são deliberações que*
527 *para seu desenvolvimento demandam parcerias e interfaces com outros setores e segmentos para*
528 *além da assistência social, podem ser de caráter permanente ou pontual. De natureza*
529 *interministerial, que são as deliberações para o seu desenvolvimento demandam parcerias e*
530 *interfaces com outros ministérios. Podem ser também de caráter permanente ou pontual. 2.5 As*
531 *deliberações foram analisadas em relação ao seu âmbito de abrangência: de âmbito nacional, são*
532 *aquelas que dizem respeito ao desenvolvimento da demanda pelas três esferas de governo; de*
533 *âmbito federal, as deliberações que dizem respeito ao desenvolvimento da demanda pelo governo*
534 *federal. 2.6 As deliberações também foram analisadas em blocos de assuntos por eixo. Eu ia*
535 *precisar agora. 2.6.1 Análise das deliberações do Eixo um, cofinanciamento obrigatório da*
536 *assistência social. Esse quatro um houve uma distribuição de deliberação por subtema e nós temos*
537 *dentro desse quadro um bloco de assuntos, no caso quatro assuntos. O primeiro investimento, o*
538 *segundo cofinanciamento dos serviços, o terceiro o custo dos serviços e o quarto despesas*
539 *obrigatórias. Em relação aos investimentos, nós temos uma deliberação e é uma deliberação não*
540 *implementada. Em relação ao cofinanciamento dos serviços, nós temos três deliberações, todas as*
541 *três em andamento. Em relação aos custos do serviço, nós temos uma deliberação e esta*
542 *deliberação também se encontra em andamento. Em relação às despesas obrigatórias, nós temos*
543 *uma deliberação ainda não implementada. No total de seis deliberações, nós temos quatro*
544 *deliberações em andamento e duas não implementadas. Essas deliberações que a parte que está*
545 *ainda faltando aqui. Nós as consideramos de natureza permanente e de âmbito nacional. No 2.6.2*
546 *Análise das deliberações do Eixo dois, gestão do SUAS, vigilância socioassistencial, processos de*
547 *planejamento, monitoramento e avaliação. O quadro um é distribuição de deliberações por*
548 *subtema do eixo dois. Nós temos em um bloco de assunto dois temas, que vigilância*
549 *socioassistencial, monitoramento, avaliação e informação e gestão compartilhada do SUAS. Em*

550 *relação ao primeiro item do bloco, Vigilância socioassistencial, monitoramento, avaliação e*
551 *informação, nós temos uma deliberação e esta deliberação está em andamento. Em relação à*
552 *gestão compartilhada do SUAS, nós temos três deliberações, duas estão em andamento e uma não*
553 *implementada. No total, são quatro deliberações, três em andamento e uma não implementada.*
554 *Essas deliberações foram consideradas de natureza pontual e de âmbito nacional, porque carece*
555 *das três esferas de governo para a sua implementação. 2.6.3 Análise das deliberações do Eixo*
556 *Três, gestão do trabalho. Quadro um, distribuição de deliberações por subtemas eixo três. Nós*
557 *temos três temas nesse bloco de assunto, capacitação e educação permanente, afetação da lei de*
558 *responsabilidade fiscal e gestão do trabalho. Na capacitação e educação permanente, nós temos*
559 *duas deliberações, uma está em andamento e uma não implementada. Em relação à afetação da lei*
560 *de responsabilidade fiscal, nós temos uma deliberação e ela é uma deliberação não implementada.*
561 *Em relação à gestão do trabalho, nós temos três deliberações, uma em andamento e duas não*
562 *implementadas e no total foram seis deliberações estudadas, duas em andamento e quatro*
563 *deliberações não implementadas. Consideramos essas deliberações de natureza múltipla e de*
564 *âmbito federal e nacional porque tem multiplicidade nas suas ações. 2.6.4 Análise das deliberações*
565 *do Eixo quatro, gestão dos serviços, programas e projetos. Quadro um, distribuição de*
566 *deliberações por subtema eixo quatro. Nós temos três assuntos nesse bloco, usuários do SUAS,*
567 *normatização, equipamentos e serviços. No usuário dos SUAS nós temos quatro deliberações, uma*
568 *deliberação em andamento e três não implementadas. E normatização, nós temos uma liberação e*
569 *ela está em andamento. Em equipamentos e serviços, nós temos uma deliberação, ela não*
570 *implementada. No total de seis deliberações, duas em andamento, quatro não implementadas.*
571 *Foram consideradas deliberações de natureza múltipla, de âmbito Federal e Nacional. 2.6.5*
572 *Análise das deliberações do eixo cinco, gestão dos benefícios do SUAS. Quadro um, distribuição de*
573 *deliberações por subtema eixo cinco. Nós temos dois blocos, dois assuntos nesse bloco, só*
574 *programa do Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada. Em relação ao programa Bolsa*
575 *Família, nós temos duas deliberações. As duas deliberações estão em andamento. Em relação a*
576 *Benefício de Prestação Continuada, nós temos duas deliberações, uma não implementada... Acho*
577 *que nós temos um... tem um erro aqui. Vou ter que corrigir esse bloco aqui. Depois eu faço no*
578 *final. Tudo bem Presidente? Mas, portanto, continuando. Elas foram consideradas de natureza*
579 *permanente e de âmbito federal. 2.6.6 Análise das deliberações do eixo seis, regionalização. O*
580 *quadro um, distribuição de deliberações por subtema eixo seis. Nós temos três assuntos nesse*

581 *bloco, regionalização do serviço do SUAS e seu financiamento, comunidades tradicionais e*
582 *infraestrutura do estado para a implementação do SUAS nos municípios. Em relação à*
583 *regionalização dos serviços do SUAS e seu financiamento, nós temos duas deliberações, as duas*
584 *deliberações estão em andamento. Em relação às comunidades tradicionais, são duas deliberações,*
585 *uma em andamento e uma não implementada. Em relação à infraestrutura do Estado para a*
586 *implementação do SUAS nos municípios, nós temos uma deliberação e uma deliberação não*
587 *implementada. Foram consideradas de natureza permanente e de âmbito nacional. Eu quero fazer*
588 *uma ressalva aqui em relação a todas essas deliberações mesmo antes de terminar a apresentação,*
589 *porque a gente precisa observar também o tempo. Elas foram deliberações que demandaram da 9ª*
590 *Conferência que aconteceu em dezembro. Então, tem bem pouco tempo. São deliberações recentes*
591 *que estão postas. Três, Encaminhamentos: 1 Apresentação na plenária da tabela do consolidado do*
592 *instrumental um, avaliação nacional do SUAS por eixo temático; 2 Disponibilizar o instrumental*
593 *de monitoramento das deliberações da Conferência da Assistência Social de 2013 aos Conselhos*
594 *Municipais de Assistência Social, aos Conselhos Estaduais e CAS DF orientando quanto ao seu*
595 *preenchimento; 3 A Secretaria Executiva encaminhará o plano decenal para os conselheiros da*
596 *comissão para estudo a ser realizado na próxima reunião; 4 Pauta para a próxima reunião em*
597 *fevereiro - 1 Estudo do Plano Decenal. Aldenora Gomes Gonzáles, Coordenadora da Comissão de*
598 *Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social. Eu peço. O*
599 *senhor pode encaminhar Presidente enquanto eu faço esse último quadro”. O Presidente passou á*
600 *análise do relatório, com a Conselheira Maria das Graças sugeriu, considerando o baixo número de*
601 *deliberações, descrever em cada bloco de assunto o encaminhamento a ser dado aos CMAS, CEAS*
602 *e CAS DF. No item 2.6.2, observou que a natureza não era federal, mas sim nacional, considerando*
603 *que vigilância, gestão compartilhada passava pelas três instâncias, com a Conselheira Maria Lúcia*
604 *concordando com sua observação, tendo que rever essa situação. A Conselheira Cadó indagou o que*
605 *era o quantitativo de deliberações não implementadas ou em processo de implementação, elementos*
606 *que deveriam ser colocados para entender o que a Comissão estava analisando. A Conselheira*
607 *Maria Lúcia esclareceu que essa colocação já estava incluída na observação da Conselheira Maria*
608 *das Graças. Após observações sobre a conclusão do relatório, a Conselheira Luziele. Concordou*
609 *com a Conselheira Cadó, sugerindo chamar a SNAS, o MDS, ou outras esferas e setores para*
610 *entender esse andamento. Ponderou que esse acompanhamento era dinâmico, indagando se*
611 *voltariam para essas mesmas deliberações da Conferência passada. A Conselheira Aldenora*

612 esclareceu que ainda não haviam chegado no debate dos encaminhamentos, esclarecendo ter sido a
613 segunda reunião da Comissão, relatando o trabalho realizado e o apoio da Secretaria-Executiva.
614 Ressaltou que apesar de trazer um consolidado, mas que isso não indicava que o trabalho estivesse
615 pronto, sendo preciso rever. Que esse consolidado vinha a partir do instrumental que descrevia as
616 deliberações, a partir do que verificariam a sua situação. Observou que havia que ter cuidado com a
617 disponibilização do instrumental de monitoramento, o qual teria que ser estudado antes de
618 disponibilizar para todos os Conselhos. A Conselheira Maria Lúcia manifestou-se contemplada com
619 a fala da Conselheira Maria das Graças, falando sobre o trabalho realizado e a metodologia
620 utilizada, faltando apenas o aprofundamento a partir da criação da Comissão Organizadora da
621 Conferência. A Conselheira Luziele parabenizou o trabalho da Comissão e a metodologia utilizada,
622 falando sobre a subjetividade existente na análise do andamento das deliberações e os cuidados a
623 serem tomados. Sugeriu que o resultado fosse publicado de forma virtual pela Comissão de
624 Monitoramento, destacando a importância desse material. A Conselheira Aldenora esclareceu que
625 haviam usado para a análise, o instrumental um, utilizado para o monitoramento das deliberações de
626 2005 a 2011 realizado pelo GT e o qual, melhor elaborado, seria enviado para todos os Conselhos,
627 com os mesmos também monitorassem as suas deliberações, assim como o estavam fazendo. Que
628 esse consolidado poderia ser um anexo, sendo enviado o instrumental um, a avaliação do SUAS.
629 Concluindo, agradeceu as contribuições feitas pelos Conselheiros, as quais seriam acatadas pela
630 Comissão. A Conselheira Maria Lúcia falou sobre a importância de disponibilizar o instrumental
631 para os Conselhos, devendo consolidar todas as Conferências a partir da última e registrando,
632 também, a participação do Conselheiro Naelson na Comissão. O Presidente indicou o
633 encaminhamento da Comissão, de realizar uma reunião em fevereiro, com a Conselheira Luziele
634 citando o item três, disponibilizar o instrumental de monitoramento das deliberações para os
635 CMAS, CEAS e CAS DF, sugerindo que o instrumental fosse um caderno de orientações para o
636 monitoramento das deliberações das Conferências, com a Secretaria-Executiva fazendo uma
637 formatação de caderno. A Conselheira Aldenora procedeu à leitura dos encaminhamentos: “*1*
638 *Apresentação na plenária da tabela do consolidado do instrumental e uma avaliação nacional do*
639 *SUAS por eixo temático. Indicou o bloco 2.6.5, gestão dos benefícios no SUAS e que estava correto,*
640 *tendo dois assuntos, o Programa Bolsa Família, PBF, com duas deliberações em andamento. Em*
641 *relação ao Benefício de Prestação Continuada havia duas deliberações, uma deliberação*
642 *implementada e não implementada”*. O Presidente indagou se havia alguma observação. Em não

643 havendo, considerou aprovado o Relato da Comissão de Monitoramento das Deliberações das
644 Conferências Nacionais. **ENCERRAMENTO.** O Presidente encerrou a reunião para o almoço,
645 convidando a todos a retornarem às 14h. **ABERTURA.** Reiniciando a reunião, o Presidente relatou
646 a proposta de alteração da pauta, antecipando o Relato da Presidência Ampliada que seria no dia
647 seguinte, com a apresentação do calendário para 20125. A seguir, passou para a Secretária-
648 Executiva para a conferência do quorum: Conselheiros Titulares: Luziele Tapajós, Maria das
649 Graças Prola, Maria Luzia Marquim, Raimunda Cadó, Márcia de Carvalho Rocha, Alceu Kuhn,
650 Clátia Regina Vieira, Edvaldo Ramos, Patricia Vieira e Eufrásia Agizzio. Conselheiros Suplentes:
651 Tiago Cabral, Naelson Ferreira, Dulcineia Francisco, Aldenora Gonzáles, Carmem Fogaça,
652 Jucileide Ferreira e Leovane Gregório. Indicando a chegada da Secretária Denise Colin, passou ao
653 **Item Relato da CIT, e Apresentação do Balanço das Ações da Secretaria Nacional de**
654 **Assistência Social – SNAS/MDS e debate.** A Secretária Denise passou ao relato: *“Bom dia a todos*
655 *e a todos os Conselheiros. Obrigada. Bom dia Presidente, bom dia Vice-Presidente. Obrigada pela*
656 *oportunidade de estar aqui mais uma vez agora em um período mais alargado que nós vamos fazer*
657 *um condensado, a ideia é que a gente possa em um balanço demonstrar em todas as situações que*
658 *foram emanadas da CIT e depois o conjunto de outras deliberações para além destas que foram*
659 *efetuadas no âmbito deste Conselho e que nós possamos daí também mostrar os desdobramentos*
660 *dessas deliberações. Então as discussões que ocorreram e quais as implicações e consequências*
661 *que tiveram para implementação da Política Pública de Assistência Social. Nós dividimos em*
662 *alguns eixos um conjunto de serviços e benefícios, depois menção a elementos que compõe a gestão*
663 *do sistema e ao cofinanciamento também desse sistema. A ideia é que a gente possa fazer esse*
664 *detalhamento e depois possamos abrir para as discussões, para as complementações,*
665 *esclarecimentos que se fizerem necessários e também nós trouxemos uma agenda de futuro como*
666 *um indicativo para que o processo de consolidação do Sistema Único possa também estar na*
667 *agenda deste Conselho, evidentemente que são sugestões, e aí vocês vão se debruçar sobre elas e*
668 *verificar a melhor forma de assimilar, ou de alterar, ou de acrescentar algumas questões. Nós*
669 *também fizemos um recorte em relação ao controle social e o controle está junto na nossa análise*
670 *de gestão. Eu também tenho aqui, depois peço para distribuir, alguns exemplares do Censo SUAS*
671 *2013 que é um resultado de um levantamento sistemático que se faz, um levantamento anual sobre*
672 *as infraestruturas, Recursos Humanos, serviços ofertados, atividades que são desencadeadas junto*
673 *aos equipamentos públicos, agora também no módulo das entidades não governamentais,*

674 lembrando que esse Censo é preenchido pelos respectivos gestores e conselhos, então também tem
675 informação aqui dos Conselhos Municipais e dos Conselhos Estaduais e no ano subsequente a
676 gente faz análise desses dados e as respectivas publicações. No Censo agora de 2014 nós estamos
677 com um conjunto de serviços, de levantamento de serviços prestados não só pelos equipamentos
678 públicos, mas das entidades não governamentais também, então todos os serviços de convivência,
679 os centros de convivência e as unidades de acolhimento também estarão listadas. Eu pediria para
680 gente começar então a apresentação. Essa apresentação já fica disponível para o Conselho e pode
681 ser disponibilizada evidentemente para os conjuntos de Conselheiros e os detalhamentos que vocês
682 sentirem necessidade a gente depois ou faz e reencaminha com as complementações. Se puder
683 passar, por favor. Então o primeiro conjunto é de, sobre serviços, sobre serviços, programas e
684 benefícios. Então no âmbito da proteção social básica houve uma deliberação para o serviço de
685 Proteção e Atenção Integral a Família, o PAIF, que é ofertado nos CRAS e seria a expansão desse
686 serviço e quando nós mencionamos esse serviço, ele também está diretamente relacionado, porque
687 ele só pode ser uma prestação pública ofertado no âmbito do Centro de Referência de Assistência
688 Social. Então especificamente em relação a esta deliberação, nós atingimos agora quase totalidade
689 dos municípios brasileiros, fizemos a oferta para 100% dos municípios, mas só tivemos a adesão de
690 99,6% então existe dos 5.570, 22 municípios brasileiros que ainda não fizeram a adesão ao Sistema
691 Único e não tem as estruturas exigidas, como um gestor responsável por essa política, o Conselho
692 Municipal, o fundo municipal e a comprovação do seu próprio orçamento com a organização da
693 proteção social básica. Esses municípios estão situados, estão lotados em três estados que é o
694 estado do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e de São Paulo, são municípios de pequeno e médio
695 porte nestas três localidades todos os demais possuem a cobertura do atendimento e do
696 cofinanciamento Federal. Então nós temos hoje 7.511 equipamentos do CRAS em 5.548 municípios
697 faltando aí 22 e temos por uma análise de demanda e oferta apresentada em relação ao registro
698 que é feito pelos municípios do atendimento consolidado e individualizado para este público uma
699 análise de déficit de cobertura de 1.273 CRAS em 749 municípios, quando nós falamos déficit de
700 cobertura é a relação entre a oferta e a demanda, então a nossa capacidade de atendimento
701 conforme o pote de município tem um referenciamento de um número de famílias e para municípios
702 de grande porte e metrópole, particularmente o que nós estamos identificando aqui de megalópole
703 nos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro é esta cobertura, ela ainda é deficitária e para
704 municípios de grande porte também particularmente os de região metropolitana, então nós estamos

705 *fazendo uma grande discussão a SENARC já começou a fazê-la com este conjunto de capitais e*
706 *metrópoles a SNAS está se adensando nesta discussão para que a gente possa fazer uma revisão*
707 *dessa cobertura baseado numa consultoria que também estamos concluindo sobre o território de*
708 *abrangência de cada um dos equipamentos públicos que não é a estrutura geográfica, mas que é a*
709 *relação e a identificação no número de famílias que ocupa aquele determinado espaço e que tem a*
710 *demanda por aquele, por esse conjunto de serviço, então a gente já está com essas duas*
711 *consultorias em andamento para poder depois identificar se superamos esse déficit e qual é a*
712 *proposta de expansão e de partilha que traremos para este Conselho. Nós também tivemos um*
713 *reajuste do pagamento do piso de referência para a oferta desse serviço em um percentual de*
714 *33,3% neste período. Nós estamos fazendo o balanço da gestão de 2011 a 2014, então partimos*
715 *dessa referência, por favor, se puder passar aqui algumas atividades, algumas fotos do trabalho*
716 *desenvolvido e dos equipamentos públicos, não está listado ali, mas também em relação aos*
717 *equipamentos nós contratamos projetos arquitetônicos com três formatos dependendo do tamanho*
718 *do município e do conjunto de serviços que são ali ofertados, para facilitar a instituição, a*
719 *construção e a adequação desses equipamentos nos respectivos municípios, então esses projetos*
720 *arquitetônicos já estão disponíveis para que os municípios utilizem se acharem necessário e agora*
721 *estamos concluindo a feitura de todos os outros projetos que também são exigidos como elétrico,*
722 *hidráulico, de bombeiro e uma série de outros para que o município não tenha nenhuma*
723 *dificuldade em poder adequar os respectivos equipamentos, ele vai está disponível na internet e é*
724 *só baixar e a assinatura dos engenheiros do fundo autorizam essa respectiva construção. Nós*
725 *temos também instruções operacionais que orientam o trabalho a ser desenvolvido junto às*
726 *famílias em situação de maior vulnerabilidade, das que tratam da inclusão e do acompanhamento*
727 *prioritário das famílias beneficiárias do programa Bolsa Família e daquelas que estão em*
728 *descumprimentos de condicionalidade nós chegamos a um resultado muito positivo que é o fato de*
729 *que nós tínhamos suspenso, em processo de suspensão da transferência de renda de 30.000*
730 *famílias, em média, por ano por descumprimento e em função dessa instrução operacional e de*
731 *podermos qualificar o acompanhamento sistemático que a política de assistência social faz com o*
732 *seu conjunto de serviços, nós reduzimos para 200 famílias e isso é um resultado muito positivo da*
733 *intervenção e da atuação das equipes de assistência social nesta área considerando todos os*
734 *trabalhadores envolvidos nesses respectivos serviços. Nós também temos algumas resoluções*
735 *específicas para povos e comunidades tradicionais e realizamos diversos encontros em conjunto*

736 *SENARC e SNAS nos estados para orientar a inclusão desse público específico no cadastro único e*
737 *no acesso aos respectivos serviços e fizemos isso em algumas, dependendo do público nós fizemos*
738 *isso em conjunto com outros Ministérios, então quando se tratava de extrativistas, fizemos juntos*
739 *com o Ministério do Meio Ambiente ou da população de catadores de material reciclável com o*
740 *Ministério de Desenvolvimento Agrário, com a Secretaria de Direitos Humanos para a população*
741 *de rua, com a SEPPIR para a comunidades e povos, comunidades quilombolas, com a FUNAI para*
742 *as aldeias indígenas e assim sucessivamente nós fomos estabelecendo essas parcerias respeitando a*
743 *especificidade de cada um desses públicos e tendo o aporte desses Ministérios que tratam mais*
744 *diretamente com essa população para que a gente pudesse não só identificá-los, inseri-los no*
745 *cadastro, se entram no perfil para poder receber prioritariamente o Bolsa Família, mas também*
746 *para poderem ter acesso aos serviços da assistência social. Também fizemos um conjunto de ações*
747 *para no caso do trabalho infantil, estamos encerrando um evento aqui quando entrarmos no*
748 *programa eu mencionou. Nós fizemos uma grande articulação como Ministério da Justiça e*
749 *constituímos um grupo de trabalho para tratar das mulheres que são, estão ou são egressas ou*
750 *estão ainda no sistema prisional e aí muitos de vocês tem acompanhado isso nas suas gestões da*
751 *gravidade que tem sido essa situação, estamos sendo acionados agora pelo Conselho Nacional de*
752 *Justiça para tratar também da população masculina, estas mulheres estão na faixa etária de 18 a*
753 *35 anos, a grande maioria o envolvimento é com o tráfico, com furtos e roubo de pequena monta e*
754 *que é preciso que a gente não só dê a atenção para os seus familiares no acompanhamento nos*
755 *CRAS, mas que também prepare para este retorno e muitas delas estão com seus filhos*
756 *particularmente na faixa etária de 0 a 3 anos nesses espaços e também a orientação para o*
757 *encaminhamento, para acesso a educação infantil e ao preparo desses profissionais para este trato,*
758 *tem um grupo grande de trabalho envolvendo vários ministérios. Nós também realizamos dois*
759 *encontros, um encontro nacional preparatório, cinco regionais e depois concluímos semana*
760 *passada, gostaríamos de agradecer a presença do Presidente não só na abertura, mas também*
761 *representantes aqui do Conselho, sobre o encontro de trabalho social com famílias e*
762 *gradativamente a gente vem agregando conhecimentos, metodologias de abordagem, de*
763 *atendimento, de especificidades próprias e também de definição não só da atenção a cada uma*
764 *dessas famílias como a coletivização das demandas e das necessidades para superação das suas*
765 *condições de vulnerabilidade, mas também de organização do próprio território, entendendo que a*
766 *vulnerabilidade não é individualizada, mas é fruto da vulnerabilidade daquele território em que*

767 *elas se encontram e é fruto do processo de desigualdade e desenvolvimento também adotado e o*
768 *trato dessas abordagens. Também para subsidiar a atuação nós temos um elenco de produções e de*
769 *orientações técnicas, então estão aqui listadas as orientações específicas para o PAIF, orientações*
770 *específicas para estruturação dos serviços dentro do CRAS, da responsabilidade dos profissionais,*
771 *algumas publicações conjuntas, com Conselho Federal de Psicologia, Conselho Federal de Serviço*
772 *Social para que esta atuação e esta intervenção esteja cada vez mais adequada às lógicas e aos*
773 *processos éticos, técnicos, políticos e profissionais do atendimento a esse público. E, por fim um*
774 *caderno também que foi feito junto com a nossa secretaria de segurança alimentar e nutricional*
775 *para a educação alimentar e nutricional dessa população que a gente percebeu que também era*
776 *uma grande vulnerabilidade. Se puder passar, fazendo o favor. Em relação ainda a atuação junto a*
777 *comunidades e povos tradicionais e a territórios mais isolados de grande extensão ou de alta*
778 *dispersão populacional, houve a implantação de equipes volantes que também é uma deliberação*
779 *aqui do Conselho sobre parâmetros para essa implementação e para o cofinanciamento e depois a*
780 *expansão do cofinanciamento, nós chegamos hoje então com 1.256 equipes em 1.085 municípios*
781 *não só pra fazer a busca ativa, são equipes vinculadas aos CRAS, equipes adicionais as que*
782 *prestam atendimento direto no equipamento, eles são responsáveis não só por fazer a busca ativa,*
783 *mas por fazer, levar a prestação dos serviços naquelas determinadas localidades. Se puder passar.*
784 *E, em especial para a Amazônia legal e o Pantanal há também a deliberação aqui para a doação*
785 *de lanchas, nós temos dois tipos, uma só para rios de calado menor para poder chegar a todas as*
786 *comunidades ribeirinhas e outra que também adentra quando o município também é banhado por*
787 *mar, essa segunda nós estamos, na próxima semana, no dia 17 faremos a doação das últimas 15*
788 *que são essas tipo dois oceânicas e já concluímos a doação de 123 lanchas um para cada*
789 *município em um levantamento preliminar que a Marinha do Brasil fez em relação às comunidades*
790 *ribeirinhas e pantaneiras existentes na Amazônia legal e no Pantanal como já coloquei e*
791 *necessariamente esses municípios também são contemplados com as equipes volantes para que*
792 *possam prestar o serviço. Também foi acertado a capacitação técnica para as equipes organizarem*
793 *esse serviços e reconhecerem a especificidade de cada população desta e a capacitação dos*
794 *piloteiros e dos seus auxiliares que a marinha também está fazendo e ela também prestará*
795 *assistência técnica e as revisões continuadas deste respectivo equipamento. O diferencial dessa*
796 *lança em relação às outras da saúde e da educação é que o os municípios identificavam a sua*
797 *dificuldade de ter depois garantido a manutenção, então este Conselho deliberou que o Governo*

798 *Federal assumisse o custo de manutenção que foi apresentado pela própria marinha e nós fazemos*
799 *esse repasse de cofinanciamento para que esse serviço não sofra solução de continuidade. As*
800 *experiências, os depoimentos têm sido muito importantes, emocionantes do significado que isso*
801 *teve, não só de identificar a população que já está na terceira geração e que não tinha*
802 *documentação, portanto não existia para o país como também para a qualidade dos serviços e*
803 *atenção que está sendo feita, a gente tem esse material se for interessante e a gente pode também*
804 *reproduzir. Em relação a um boletim que já foi apresentado aqui também do trabalho, do*
805 *monitoramento e da avaliação que foi feita em relação às equipes volantes e em relação ao*
806 *trabalho das lanchas, um boletim da vigilância socioassistencial que vocês já receberam e que se*
807 *quiserem a gente pode novamente encaminhar. Em relação do reordenamento ao serviço de*
808 *convivência e fortalecimento e vínculos também foi deliberado aqui os parâmetros para a inserção*
809 *de diversos serviços que existiam por faixa etária na conformidade com a tipificação para este*
810 *serviço, então existiam um cofinanciamento para 0 a 6 anos de idade, depois um para o ProJovem*
811 *que era de 15 a 17 e o outro para crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, além do*
812 *cofinanciamento para a população idosa. Esse Conselho deliberou novos parâmetros de unificação*
813 *de todos esses serviços, de organização das suas ofertas por ciclo de vida e de preenchimento de*
814 *todas as suas faixas etárias. Não só para o público de 7 a 14, em que havia um hiato, era só para*
815 *trabalho infantil, mas também para a população adulta quando necessário à inserção dos 19 aos*
816 *59 anos nós fizemos essa alteração e também foi identificado um valor adicional de repasse para*
817 *onze situações elencadas como prioritárias, trabalho infantil, situação de isolamento, comprimento*
818 *de medidas socioeducativas em meio aberto ou egressos dessas medidas em situação de*
819 *acolhimento ou egressos de acolhimento, em situação de abandono e uma série de outras*
820 *totalizando onze que indicam a prioridade na atenção e, portanto, a maior complexidade nessa*
821 *abordagem e um repasse adicional de recursos, nós também fizemos uma avaliação que está*
822 *disponível para todos, estes serviços antes eram prestados em 3.500 municípios de suas diversas*
823 *modalidades de serviços, hoje ele tem a adesão de 5.038 municípios, 83 mil grupos foram*
824 *registrados e um milhão e seiscentos mil usuários atendidos e já inseridos no sistema de*
825 *informação do serviço de convivência, então nós também conseguimos saber qual é o público*
826 *prioritário, qual a outra população e com o número do NIS a gente também faz o batimento com o*
827 *perfil dos usuários desses serviços elencados no cadastro único e, portanto, a gente consegue, e o*
828 *acompanhamento que é feito por esse serviço, a gente consegue saber efetivamente a População*

829 usuária e as necessidades dessa população para estar fazendo o planejamento desses serviços.
830 Quase 50 % dos municípios superaram a meta de inclusão do público prioritário e estão
831 absolutamente adequados, nossa proposta então é que a gente possa atingir a totalidade dos 5.570
832 municípios brasileiros e que em todas as localidades nós tenhamos essa oferta e essa atenção. Se
833 puder passar. Outras ações nós também fizemos que é essa articulação com o cadastro único e o
834 número do NIS, as versões de orientação do manual para o preenchimento do próprio sistema e
835 uma articulação de extrema importância com o MEC para que este serviço componha o rol de
836 atividades a serem desenvolvidas no programa Mais Educação que é a jornada ampliada para
837 crianças e adolescentes das escolas públicas, até então eles atendiam acho que em sete dimensões
838 ou seis ou sete, era esporte, cultura, lazer, cidadania, meio ambiente, reforço escolar e agora o
839 serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. Nós estamos com uma instrução operacional
840 assinada pelas duas Secretarias de atenção básica e de assistência social que orienta de que
841 maneira as respectivas equipes da assistência social e da educação identificam crianças e
842 adolescentes que estão com seus vínculos familiares ou com a sua participação na comunidade
843 bastante fragilizados, por situações de vulnerabilidade ou violações de direitos e que seriam
844 públicos, prioritários para atenção nestes respectivos serviços e depois acordam essa oferta na
845 carga horária de sete horas diárias. As escolas das, acho que 88 mil escolas públicas existentes no
846 Brasil, é isso Lu você que tem mais ideia lá, esse, o Mais Educação já está presente em 42 mil
847 escolas e nós temos um indicativo de expansão como prioridade de expansão a população usuária
848 não só os beneficiários do Bolsa Família, mas a população usuária dos serviços sócioassistenciais,
849 particularmente, as localidades que tem a maior incidência daquele público prioritário que nós
850 listamos, então as expansões estão levando isso em consideração também. Para orientar o trabalho
851 das equipes nós lançamos vários cadernos um de concepção do que seria a convivência, um do
852 outro para o atendimento por ciclo de vida e também um conjunto de perguntas e respostas e o
853 passo a passo para esse reordenamento. Fizemos, da deliberação do Conselho foi transformado
854 numa portaria e essa portaria foi comentada pelas nossas equipes técnicas para poder também
855 subsidiar os municípios nesse reordenamento e algumas instruções operacionais de como se faz a
856 articulação e a passagem do serviço de convivência para os casos de identificação de trabalho
857 infantil. Em relação ao ACESSUAS, nós estamos pegando serviço por serviço da tipificação e todas
858 as deliberações do Conselho, este Conselho nesta gestão de 2011 e 2014 tratou de todos os
859 serviços à exceção do serviço de atenção no domicílio para pessoas com deficiências e idosos, isso

860 não foi abordado, porque nós estamos com o Ministério da Saúde fazendo um levantamento das
861 demandas de atendimento no domicílio pra daí definirmos as responsabilidades de cada política
862 pública e trazermos uma proposta para apreciada aqui, mas todas as outras foram abordadas
863 nesse espaço, todos os outros serviços. Em relação ao ACESSUAS trabalho, nós computamos como
864 um grande feito do Conselho, o Conselho deliberou pela implementação de um programa que
865 orienta a atribuição da política de assistência social em relação a um dos incisos do Art. 2º que
866 fala promoção, a inserção no mercado de trabalho e havia muitas dúvidas em relação à
867 responsabilidade da política pública de assistência social e da interface que ela deve ter com a
868 política de trabalho, emprego e renda. O esclarecimento nesse âmbito aqui de que não se tratava
869 da prestação da qualificação profissional pela área da assistência nem da intermediação de mão
870 de obra, mas que se tratava sim de um programa que viabilizasse a promoção ao acesso ao mundo
871 de trabalho que imputava para a área de assistência social a responsabilidade de fazer a
872 identificação desse público, o levantamento dos seus interesses, das suas necessidades, a
873 articulação com os ofertantes tanto no âmbito da educação quanto do âmbito da política de
874 trabalho, a mediação para que esses cursos fossem adequados ao perfil desse público e depois o
875 acompanhamento da sua trajetória profissional através da vinculação aos nossos respectivos
876 serviços socioassistenciais, também não faríamos o acompanhamento de conteúdo e da
877 apropriação de aprendizagem, mas sim das vulnerabilidades ainda e dos limites que eles
878 encontravam para poder acessar e ter um aproveitamento adequado nesses respectivos cursos,
879 então, esse Conselho deliberou pela implantação de um programa e nós iniciamos então com 120,
880 nós iniciamos acho que com 111 municípios ou 191 municípios, alguma coisa assim, e concluímos
881 isso foi em 2012, e ao longo desses dois anos e meio nós concluímos com 1.383 municípios
882 aderindo a este programa em dois anos e um número bastante elevado de pessoas que foram
883 mobilizadas, um milhão e oitocentas mil e nós tínhamos a disponibilidade de 1 milhão de
884 matrículas e atingimos 967 mil matrículas, esse 1 milhão era para todo o Brasil Sem Miséria, então
885 o que indica que atuação da política de assistência social viabilizou o acesso desse público
886 prioritário de extrema pobreza para os cursos de qualificação e essa avaliação, a SAGI a nossa
887 Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação tem apontado que naquelas localidades em que
888 existe o ACESSUAS trabalho, há também um maior êxito da adesão da população, da inserção da
889 população nesta qualificação profissional, junto também foram verificados e estabelecidos algumas
890 modalidades basicamente para a população com deficiência e tem um conjunto de orientações

891 técnicas para implantação e há um cofinanciamento adicional do Governo Federal da política de
892 assistência para constituição de equipes que desencadeiem esse programa em cada uma das
893 localidades, por favor. Depois nós vamos falar especificamente do BPC trabalho que é uma das
894 modalidades no ACESSUAS para pessoa com deficiência, vamos tratar isso tudo junto aos
895 benefícios. Nós estamos agora abordando os serviços da proteção social especial, aqui também
896 algumas fotos, com os modelos, no mesmo sentido nós temos padrões arquitetônicos de sugestão
897 para que os municípios possam fazer a construção e a adequação dos seus espaços conforme o
898 previsto na tipificação e na NOB. Este Conselho deliberou que houvesse a expansão para
899 totalidade deste serviço, para totalidade dos municípios acima de 20 mil habitantes, nós fizemos a
900 oferta e atingimos 97,2% destes municípios. Nós temos ainda 44 municípios brasileiros que ainda
901 não aderiram ao PAE e não implantaram a proteção social especial, por diversas dificuldades,
902 tanto capacidade de gestão, quanto de contratação pessoal, quanto de respeito às normativas e a
903 gente tem trabalhado esses indicativos, vamos colocar essas questões também para agenda de
904 futuro aqui com vocês. E, uma segunda deliberação desse Conselho foi para a ampliação deste
905 equipamento para uma abertura adequada as demandas para os municípios acima de 200 mil
906 habitantes e nós tivemos então a implantação de mais 345 CREAS e PAIF nestes respectivos
907 municípios, porque é onde havia a maior demanda por essas atividades, esses serviços atendem
908 situações de violência e pessoas e famílias com direitos violados. Naquela mesma lógica de
909 cobertura ainda temos o déficit de 68 CREAS em 11 municípios. Para os municípios abaixo de 20
910 mil habitantes que é a maioria dos municípios brasileiros, este Conselho deliberou por uma oferta
911 regionalizada em duas modalidades, a primeira seria a oferta passível de ser articulada e
912 organizada com um conjunto de municípios e a outra modalidade é a oferta direta através da
913 implantação, pelos governos estaduais, deste serviço e deste equipamento público, também daqui
914 foram emanados as orientações, quer dizer, a distância entre os municípios, o tempo de
915 deslocamento, a quantitativa de município que poderiam estar sendo abordados, variando entre
916 quatro a oito preferencialmente que atendesse uma respectiva comarca e um conjunto de
917 municípios que a compõe, porque essas atenções normalmente são frutos de decisões judiciais e
918 que já orientariam aquela referência que o município sede tem, destes nós temos 21 estados que
919 fizeram a adesão e 148 unidades sendo implantadas e reorganizadas conforme essa lógica, e a
920 cobertura de total de municípios hoje esta em 1.184 que já teriam acesso a este conjunto, deveria
921 ter anotado ali quantos municípios são abaixo de 20 mil habitantes, mas eu penso que nós temos

922 *perto de 3 mil, então nós temos aqui um terço da cobertura garantida isso em um ano que foi da*
923 *pactuação até agora, um ano e alguns meses. Também para orientar estes reordenamentos e essa*
924 *implantação, nós temos orientações técnicas sobre o CREAS, uma cartilha de perguntas e*
925 *respostas, um material fruto de câmara técnica de como se organiza essas estruturas, um específico*
926 *para as implantações regionais, o último caderno de orientações do PAIF que já está em conclusão*
927 *e a realização desses encontros de trabalho social com família que também terá uma publicação*
928 *específica. Em relação ao PET houve uma deliberação para o redesenho, nós fizemos um estudo do*
929 *censo de 2010 e das PNADS anuais e identificamos alteração de cenário e de realidade em relação*
930 *ao trabalho infantil, viemos aqui, fizemos a exposição, mas só lembrando que tanto mudou a faixa*
931 *etária quanto mudou o tipo de atividade. E aí trouxemos essa lógica em que as três dimensões de*
932 *atenção da política de Assistência Social, elas estão pautadas na transferência de renda, na*
933 *atenção às famílias nos serviços de acompanhamento e aos serviços de convivência e*
934 *fortalecimento de vínculos, que antes era um grupo específico para quem era egresso do trabalho*
935 *infantil e hoje ele está inserido no conjunto das demais crianças e adolescentes por ciclo de vida*
936 *não fica mais estigmatizado e segmentado na localidade, e depois elencamos cinco eixos de*
937 *intervenção mobilização, identificação, proteção, responsabilização e monitoramento, para que um*
938 *conjunto de políticas públicas se organizasse, se articulasse para que essas ofertas fossem*
939 *efetivamente prestadas para esse público que isso sim daria condição de superação da sua*
940 *absorção pelo mercado de trabalho na faixa etária não permitida. Para isso nós fizemos, também*
941 *aqui no Brasil, além deste reordenamento acho que importante dizer que ordenamento foi feito*
942 *para todos os 26 estados, para o Distrito Federal e que hoje nós identificamos 1.913 municípios que*
943 *teriam maior incidência, 73% das situações de trabalho infantil se encontravam nesses municípios*
944 *e hoje já começamos o cofinanciamento para 957 e temos um cronograma de expansão a cada ano,*
945 *seguindo as convenções internacionais, Brasil se comprometeu a erradicar as piores formas de*
946 *trabalho infantil até 2016 e a totalidade até 2020 então nós constituímos um programa até 2020*
947 *para cumprir essa respectiva meta e vamos também acrescentando os municípios nesse sentido*
948 *também a cada ano, e começamos com o que tinha maior número de crianças e adolescentes e o*
949 *maior número de atividades, para isso nós organizamos uma rede de atenção integrada com os*
950 *Ministérios da Saúde, da Educação, do MDS, do trabalho emprego e renda e com a Secretaria dos*
951 *Direitos Humanos e realizamos encontros regionais nas cinco regiões, o nordeste foi dividido em*
952 *duas pelo quantitativo de municípios desses 1.913 mais estados que estavam sendo chamados para*

953 *discutir ações específicas a serem desencadeadas nesses cinco eixos de acordo com cada uma das*
954 *atividades que se faziam mais evidentes em cada um dos estados e das respectivas regiões. Nós*
955 *estamos hoje encerrando o último encontro aqui na região centro-oeste, já percorremos o Brasil*
956 *depois do segundo turno das eleições até agora, nós fizemos todos esses encontros e fizemos um*
957 *termo de cooperação com o Ministério Público do trabalho, com os Ministérios Públicos Estaduais*
958 *que a partir do ano que vem nos acompanharão em audiências públicas em cada um dos estados*
959 *para que o plano de ação que está sendo discutido nesses encontros regionais possa ser*
960 *apresentado para o conjunto da sociedade e validado com responsabilidades para cada uma das*
961 *áreas envolvidas e para a sociedade civil através do fórum nacional de radicação e que então nós*
962 *tenhamos este calendário de redução já amplamente discutido com todos, para isso nós também*
963 *fizemos uma instrução operacional, não só para que essas crianças e adolescentes retiradas do*
964 *trabalho infantil estivessem sendo encaminhados para o serviço de convivência, mas que também*
965 *eles fossem público, prioritário para o Mais Educação e também saindo da orientação junto com o*
966 *MEC e com a SENARC vários eventos para a inserção deste público no o cadastro único e como é*
967 *que nós monitoramos essa retirada e essa permanência no acesso ao serviço e não mais no âmbito*
968 *do trabalho, aqui teria muita coisa para mostrar os dados são muitos importantes 97% dessas*
969 *crianças e adolescentes já estão na escola e ainda assim algumas delas acompanham suas famílias*
970 *ou estão em atividades com pessoas bastante próximas ou dentro de residências, todas as*
971 *estratégias que foram pensadas, a gente depois no debate pode aprofundar essa questão. Outra*
972 *coisa também que nos chama atenção é que 40% dessa população já está com um corte de renda*
973 *por pessoa na família acima de meio salário mínimo. Portanto, acima do perfil de transferência de*
974 *renda do Bolsa Família. E aí uma discussão que a gente quer fazer nesse espaço da manutenção ou*
975 *não do que a gente chama de Bolsas PET, que são para além, para quem não entra no critério do*
976 *Bolsa, ele continua recebendo através do repasse direto da Secretaria, por uma bolsa exclusiva,*
977 *mas que a gente está avaliando que hoje ela não tem mais muito significado, porque seu valor é*
978 *muito inferior ao que estas crianças e adolescentes, e os seus membros das suas famílias já estão*
979 *recebendo. Nós vamos trazer essa discussão para travar com vocês a partir do próximo ano.*
980 *Também há uma deliberação em relação a expansão do serviço de medidas socioeducativas. Cada*
981 *vez que a gente fala expansão nós falamos do cofinanciamento do Governo Federal par estes*
982 *respectivos espaços. O nosso Censo demonstrou que um conjunto de 1.052 municípios atendiam as*
983 *medidas e que em torno de 700 ou 800 é que recebiam o cofinanciamento. E que estes atendimentos*

984 *se pautavam em uma lógica anterior a política que institui o Sistema Nacional de Medidas*
985 *Socioeducativas, o SINASE. Esse sistema, os nossos grupos eram de 40 adolescentes no máximo,*
986 *esse sistema prevê 20 adolescentes e prevê outras atividades e organizações, então o nosso*
987 *reordenamento não só foi para expandir para a totalidade dos municípios que ofertam esse serviço*
988 *e que preencheram o Censo indicando isso, mas também foi para adequar as previsões da Lei do*
989 *SINASE e isto os municípios estão neste processo e nós estamos concluindo um caderno de*
990 *orientação que subsidia os Municípios nesta organização. Nós também tivemos vários*
991 *reordenamentos e discussões aqui em relação atenção da população em situação de rua, até*
992 *porque esse Conselho tem o movimento muito forte participando e aí não só outros parâmetros*
993 *para oferta dos centros de população de rua e dos serviços de acolhimento, mas também para os*
994 *serviços de abordagem social. Então para todos os municípios acima de cem mil habitantes e para*
995 *o caso das metrópoles para municípios acima de cinquenta mil habitantes à oferta desse serviço*
996 *com cofinanciamento federal e nós chegamos atingir 302 centros de população de rua em 255*
997 *municípios. Aqui nós não atingimos a totalidade também, ela está em perto de 80%, a oferta foi*
998 *feita para todo mundo, mas os municípios ainda tem muita dificuldade de implantação, primeiro de*
999 *reconhecimento dessa problemática na sua localidade e depois de organização dos serviços para*
1000 *atenção da forma com que essas prestações estão tipificadas e estão delimitadas, então nós*
1001 *estamos com 80% da cobertura que foi prevista e estamos com quase a totalidade de vagas ou de*
1002 *capacidade de atendimento nos serviços de acolhimento em relação a uma pesquisa que foi feita há*
1003 *mais tempo, ela é de 2009, que indicava próximo de trinta mil pessoas adultas em situação de rua*
1004 *no Brasil. As nossas metas eram de atingir os trinta mil, mas evidentemente nem toda a população,*
1005 *a alternativa é uma unidade de acolhimento, portanto nós estamos aí em torno de vinte e cinco mil*
1006 *estruturas com capacidade de acolhida dessa população em 257 municípios. Eles estão quase*
1007 *concomitantes, aonde existe centro pop existir unidade de acolhimento, essa vinculação foi feita,*
1008 *porque é preciso que esse formato de atenção e de etapas de aproximação até em que ele possa*
1009 *retomar seu projeto de vida e voltar a confiar na presença do estado fosse implantado de forma*
1010 *concomitante e, também, para todos os municípios que possuem o CREAS acima de cem mil*
1011 *habitantes e Centro Pop, o cofinanciamento de uma equipe adicional de abordagem social para*
1012 *poder fazer a primeira aproximação deste público que não é só da população de rua, mas também*
1013 *a identificação de trabalho infantil e também a abordagem junto com um consultório na rua das*
1014 *pessoas que são usuárias de substâncias psicoativas particularmente o Crack. Então também nós*

1015 *estamos hoje com 503 equipes em 255 municípios, vocês podem ver que daí os municípios*
1016 *correspondem ali com o conjunto dessas ofertas. Também fizemos cadernos de orientação para*
1017 *implantação do Centro Pop, cartilhas de perguntas e respostas, vários eventos para inserção desse*
1018 *público no cadastro único, é o público prioritário para receber o Bolsa Família e uma grande*
1019 *articulação com toda a rede de saúde não só para atender o plano do Crack, mas para atender a*
1020 *população em situação de rua, porque normalmente esse público acaba também estando, a*
1021 *vulnerabilidade não é só social, também uma grande vulnerabilidade nas suas condições saúde*
1022 *físicas e mentais e toda essa integração para atenção em rede em relação aos serviços específicos*
1023 *para a população de rua, para pessoa com deficiência fruto também da nossa inserção do plano*
1024 *Viver sem Limite. Houve na semana passada uma publicação muito bonita e interessante de todas*
1025 *as políticas públicas para atenção da pessoa com deficiência, nós temos dois serviços exclusivos*
1026 *que foram reorganizados, o serviço de residências inclusivas é um reordenamento que foi muito,*
1027 *amplamente discutido aqui no Conselho de parâmetros novos para que não existisse mais aquelas*
1028 *grandes unidades com 200 pessoas, com mais 100 pessoas e que nós pudéssemos dá mesmo uma*
1029 *característica de residência para atenção em pequenos grupos que já havíamos conquistado na*
1030 *área da criança e do adolescente que ainda na área da pessoa com deficiente e do idoso isso é*
1031 *bastante ainda precário e as ofertas que fizemos então para o conjunto de municípios com mais de*
1032 *cinquenta mil habitantes e junto uma rede de retaguarda não só da política de assistência social,*
1033 *mas da política de saúde também, não é, e nós conseguimos atingir a nossa proposta, eram 200*
1034 *residências inclusivas, nós conseguimos atingir 185 residências em 130 municípios, então o*
1035 *próximo passo, se puder voltar, porque faltou ali o Centro-dia . O próximo passo é fazermos uma*
1036 *avaliação que é o que está acontecendo agora no âmbito do plano Viver sem Limite do resultado,*
1037 *por enquanto o resultado tem sido absolutamente positivo não só de manifestação dos gestores,*
1038 *mas dos próprios usuários da rede, aqui a atenção é governamental e não governamental e todas*
1039 *as manifestações bastante positivas no sentido que nos apontam para continuidade da expansão*
1040 *nessa perspectiva. E, a implantação de um novo serviço este sim bastante diferente de todas as*
1041 *atenções até então prestadas, a ideia é que seja um equipamento híbrido com a política de saúde o*
1042 *que também é um formato inusitado, portanto nós prevíamos a implantação de um Centro-dia por*
1043 *Estado para podermos avaliar de como isto iria se processar, nós temos bastante entraves*
1044 *administrativos, porque recurso de uma política pública e de um fundo, o fundo da saúde não pode*
1045 *subsidiar gastos com assistência e vice-versa, então nós também tentando superar esses entraves,*

1046 *discutindo nas nossas Comissões Intergestores, verificando alternativas, arrumando, adequando as*
1047 *nossas normativas também para cada uma dessas questões, mas nós chegamos agora com a*
1048 *implantação, nem todos em funcionamento, há ainda 8 a serem inaugurados e comecem atender,*
1049 *mas a grande maioria já implantada, uma avaliação do quanto é difícil e específico a essa atenção,*
1050 *mas da necessidade interativa da expansão desses respectivos atendimentos até porque nós temos*
1051 *um levantamento preliminar das escolas especiais que hoje, entre 30 e 40% do seu público, tem*
1052 *mais de 30 anos de idade e que os espaços das escolas especiais no formato que ele está*
1053 *organizado para, não comporta essa atenção e é preciso essa atividade mais conjunta com as*
1054 *outras áreas, os depoimentos daqui também são muito importantes, os que estão funcionando estão*
1055 *em uma qualidade bastante elevada, mas a identificação do despreparo ainda das respectivas*
1056 *gestões para assimilar este atendimento. Então esta é uma outra agenda que nós temos que*
1057 *abordar no âmbito desse Conselho para a próxima gestão. Por favor. Então nós fizemos oficinas de*
1058 *alinhamento para que tivessem parâmetros da implantação entre todos os municípios e estados,*
1059 *publicação no caderno de orientações, as cartilhas de pergunta e resposta, o fortalecimento com*
1060 *uma portaria interministerial do MDS com o Ministério da Saúde que faz o matriciamento desses*
1061 *serviços com a presença das respectivas equipes do Programa Saúde da Família para esses*
1062 *equipamentos, mas ainda sim todas essas dificuldades que a gente acabou conversando aqui muito*
1063 *rapidamente que podemos abordá-las com maior detalhe no debate. Por favor, pode passar. Em*
1064 *relação aos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes também com base em uma*
1065 *pesquisa feita em parceria primeiro com a Fiocruz, depois com o IPEA, nós fizemos a expansão,*
1066 *identificamos o conjunto de municípios que tinham unidades de acolhimento e o quantitativo de*
1067 *crianças e adolescentes com essas medidas aplicadas, no país são em torno de trinta e seis mil e*
1068 *fizemos um parâmetro para que, como no Estatuto essa é uma medida de último recurso, a ideia é*
1069 *que não tivéssemos a totalidade destas crianças nas unidades, mas a oferta sim do serviço para*
1070 *quem dela necessitar e também identificamos hiatos da não presença de instituições para estes*
1071 *respectivos serviços, particularmente no interior da região centro oeste, nordeste e norte. Então a*
1072 *indução de cofinanciamento e de organização destas estruturas para a implantação desses serviços*
1073 *nestas localidades e aqui também com ofertas tanto próprias para cada município como ofertas*
1074 *regionalizadas para um conjunto de municípios bastante próximos e que preferencialmente*
1075 *comportassem uma determinada comarca. Vários estados estão fazendo seus planos regionais de*
1076 *implantação desses respectivos serviços para que a gente tenha a cobertura. Hoje nós temos 18*

1077 *estados nesse processo e com quase duas mil capacidades de atendimento para essa acolhida.*
1078 *Também aqui todos os parâmetros considerando o plano de convivência familiar e comunitária que*
1079 *foi uma deliberação conjunta deste Conselho com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e*
1080 *do Adolescente. Pode passar. Então, nós estamos na fase de que os estados e municípios estão*
1081 *elaborando esse seu plano de acolhimento, foram feitas várias oficinas com especialistas e com o*
1082 *Sistema de Justiça para construção do modelo do plano individualizado de atendimento que é uma*
1083 *previsão do Estatuto da Criança e do Adolescente e uma nota técnica que orienta a necessária*
1084 *oferta de vagas pelas escolas públicas próximas a estas unidades a qualquer tempo em que essa*
1085 *criança e adolescente tenham recebido essa medida de proteção pelo Poder Judiciário, então em*
1086 *qualquer fase do ano esta vinculação com a garantia do acesso à escola. Pode passar. E também*
1087 *revimos todo o nosso acolhimento para famílias e pessoas adultas em duas perspectivas, estas*
1088 *ofertas para municípios de grande porte e metrópoles e essas ofertas para municípios de pequeno*
1089 *porte I e II. Para municípios pequenos, nós fomos muito impulsionados pelo processo migratório*
1090 *tanto interno quanto externo que o nosso país está passando, então muita mobilidade de pessoas*
1091 *agora saindo da região sul e sudeste e vindo para a região centro-oeste e nordeste e alguns norte e*
1092 *muito países vizinhos e países africanos também fugindo do seu processo de pobreza ou de guerras*
1093 *para o Brasil. Então nós acabamos identificando cidades de fronteira ou cidades de pequeno porte*
1094 *que se tornaram referência para essa população e a necessidade de acolhimento para aquelas que*
1095 *ainda se encontram em situação de vulnerabilidade e aí fizemos essa distribuição, isso foi um*
1096 *diálogo grande aqui também, travado e o Conselho orientou os parâmetros para essas ofertas e*
1097 *para o cofinanciamento. Nós atingimos então quase cinco mil vagas ou capacidade de atendimento*
1098 *dessas unidades e elas estão concentradas em 34 municípios e 16 estados. Por favor, pode passar.*
1099 *Também regulamentamos o serviço de calamidades públicas e situações de emergência, ele estava*
1100 *tipificado, mas era muito, a nossa intervenção ainda era muito frágil, nós conseguimos chegar em*
1101 *alguns parâmetros, alguns critérios para que pudéssemos adiantar a estas situações. Então há um*
1102 *estudo do governo federal de quais são as situações de calamidade e de quais as regiões mais*
1103 *afetadas por essas respectivas situações e aí já prevíamos na nossa regulamentação a possibilidade*
1104 *dos municípios se adiantarem em todo o processo de solicitação e eles fazem uma pré-habilitação,*
1105 *porque quando esta calamidade ou esta emergência comparece, o município fica muito*
1106 *desestruturado e desorganizado, as vezes nem a documentação mais ele consegue obter, porque*
1107 *atingiu o próprio órgão gestor ou a própria unidade de atendimento e aí conclui-se pela*

1108 *importância de que esse processo já fosse adiantado e que todas as nossas ações fossem*
1109 *absolutamente articuladas com o Ministério de Integração Nacional e agora estamos discutindo*
1110 *com eles uma política nacional para as situações de calamidade emergência que envolve quase*
1111 *todas políticas públicas e políticas de defesa do Governo Federal, isso sendo produzido para os*
1112 *Estados que vão coordenar em cada um dos municípios, em cada uma das suas esferas de*
1113 *abrangência também. Então nós temos uma portaria que regula esse serviço, uma instrução*
1114 *operacional que orienta esses gestores, a capacitação que foi feita também para essas localidades,*
1115 *particularmente aqui nós concentramos a região centro oeste e região norte e também o material*
1116 *de perguntas e respostas. No tocante aos benefícios, nós temos um resultado muito positivo do*
1117 *programa do benefício de prestação continuada que identifica crianças e adolescentes em idade*
1118 *escolar fora das escolas, nós atingimos aí 83% dos municípios já fizeram adesão e das crianças*
1119 *identificadas nós temos 92% já que se engajaram, não desculpa gente, 92% dos municípios fizeram*
1120 *adesão e 70% das crianças e adolescentes identificados já estão inseridos na escola com a*
1121 *comprovação no Censo Escolar. Este dado é de 2012, então a gente acredita que tenha aumentado*
1122 *essa meta, porque o Censo Escolar ele sai sempre no ano subsequente, então a leitura de 2013, de*
1123 *2014, até 2013-2014 nós vamos ter em maio de 2015 e aí a gente acredita que essa meta já foi*
1124 *bastante aumentada, mas de qualquer forma o resultado é muito importante, não só para inserção*
1125 *das crianças, mas porque ele identifica as barreiras e aí a superação das barreiras que permite a*
1126 *continuidade desse acesso a escola é que é o fundamental, ou despreparo da família, ou ausência*
1127 *de classes especiais, ou de tecnologia assistiva, ou de professores qualificados, enfim, ou de*
1128 *transporte, é essa superação, quer dizer, esse conjunto de resultados que a gente está identificando*
1129 *e não são matrícula. Para isso foram feito uma série de eventos nos estados e nos municípios e nós*
1130 *fizemos mais de 40 seminários abrangendo todos esses gestores e dez mil gestores discutindo e*
1131 *aprofundando o tema. Por favor, pode passar. Também a discussão com as agências de*
1132 *distribuição de energia elétrica para que o beneficiário do BBC fosse o público prioritário para*
1133 *recebimento das tarifas sociais tal qual o beneficiário do Bolsa Família, uma revisão junto com o*
1134 *INSS do modelo da classificação da deficiência para acesso a este benefício, um novo formato de*
1135 *avaliação e várias alterações na legislação, na própria Lei Orgânica de assistência social que*
1136 *adotou conceito de deficiência da Convenção Internacional que o Brasil é signatário que alterou a*
1137 *legislação que permite o acúmulo do benefício para aquelas situações de aprendizagem e aqui*
1138 *aprendizagem para pessoas com deficiência não tem limite de faixa etária, alterou formatos de*

1139 *suspensão desses benefícios, o novo cálculo para renda familiar per capita, a possibilidade de*
1140 *acúmulo em até dois anos para quem está trabalhando a fim de que a pessoa tenha garantia que*
1141 *não vai perder o benefício e não tenha receio para quem quiser retornar para o mundo do trabalho*
1142 *e a retirada de algumas situações do cálculo do cômputo de renda. Nós agora estamos em uma fase*
1143 *de revisão do critério de concessão respeitando uma decisão do Tribunal Superior Federal, do*
1144 *Superior Tribunal Federal, muito obrigada, do Supremo desculpa, do Supremo que indica e que*
1145 *aponta para o gestor federal a necessidade de inserção de outros critérios para além do corte de*
1146 *renda por pessoa da família, entoa nós estamos concluindo esse estudo com o INSS, com o*
1147 *Ministério da Saúde para que possamos incorporar todos os elementos que denotem o grau de*
1148 *dependência de serviços, para serviços de políticas públicas e o grau de dependência de terceiros*
1149 *para que ele tenha a sua vida, para as atividades da sua vida cotidiana efetivamente respeitadas e*
1150 *desenvolvidas, então ao concluirmos a gente também terá um outro critério para essa concessão.*
1151 *Nós também tivemos uma enorme evolução na nossa rede prestadora de serviços, fruto de todas*
1152 *estas deliberações e implantações, nós então chegamos e aí fizemos um pequeno comparativo entre*
1153 *2010 e 2014 para estruturarmos as redes e as ofertas na proteção social básica e na proteção*
1154 *social especial, então um aumento de beneficiários do benefício de prestação continuada, pelos*
1155 *critérios atuais nós estamos chegando a totalidade dos possíveis, da população elegível, agora*
1156 *teremos essa alteração de critério e, portanto, a ampliação, mas hoje nós temos quatro milhões e*
1157 *cem mil pessoas recebendo o benefício, também os dados ali do BBC na escola que nós já*
1158 *mencionamos, era em torno de 50%, agora estamos em torno de 83%. O número de CRAS que*
1159 *atingimos aí quase a totalidade e a expansão de dois mil equipamentos, dois mil e cem*
1160 *equipamentos nesse período. Também do serviço de convivência quase a cobertura total dos*
1161 *municípios. Aqui faltam em torno de quinhentos. Para o PAIF e CRAS faltam 22. Para as equipes*
1162 *volantes nós também estamos atingindo a totalidade do previsto, é preciso que a gente agora faça a*
1163 *revisão dos critérios para chegar em outras áreas, esse estudo nós também estamos concluindo*
1164 *aonde tem maior número de comunidades e povos tradicionais, aonde tem maior território de área*
1165 *rural e como é que a gente, e o que a gente precisa estabelecer para esta expansão, dos que haviam*
1166 *levantados nós já atingimos os critérios. O acesso ao trabalho não havia este programa, o acesso*
1167 *ao trabalho é de 2012 então foi deliberado agora nessa gestão. As lanchas também não havia, ela*
1168 *também é própria desta gestão. E, o serviço de convivência que também nós aprofundamos, ali está*
1169 *repetido. E, da proteção social especial também à ampliação aí de, é o outro, obrigada, a*

1170 *ampliação de quase 50%, não, de 100% dos equipamentos, de 1.100 para 2.200. Dos centros de*
1171 *população de rua também a expansão para todos os municípios acima de cem mil habitantes. Do*
1172 *centro de uma unidade nova. A abordagem social também as equipes são uma oferta nova. As*
1173 *medidas socioeducativas atingindo também a totalidade dos municípios que já prestavam, agora a*
1174 *necessidade de induzir a implantação em outras localidades. O PET que nós também reordenamos*
1175 *para os municípios de maior incidência. As unidades de acolhimento com a ampliação para*
1176 *população na totalidade do público identificado na pesquisa. Acolhimentos para mulheres e idosos*
1177 *também sendo implantados, ela estava antes agregada com um conjunto de ofertas que depois nós*
1178 *fomos detalhando e especificando por segmento. O acolhimento de crianças e adolescentes também*
1179 *atingindo a totalidade do levantamento da pesquisa e o acolhimento das famílias também não*
1180 *existia esse cofinanciamento das famílias e indivíduos e hoje ele recepcionando os municípios com*
1181 *esta realidade. Em relação a rede privada, a deliberação de fundamental importância desse*
1182 *Conselho de quais seriam as ações de defesa e assessoramento que também é uma grande*
1183 *discussão e aí o reconhecimento nosso da necessidade de aprofundamento e de regulamentação*
1184 *ainda de quais seriam essas ações para que a gente possa dá conta da integralidade das ofertas*
1185 *dessas instituições e possa pensar um cofinanciamento próprio e indutivo para elas, isso é uma*
1186 *agenda de futuro, mas a realização, nós não tínhamos nem o levantamento de quantos existiam,*
1187 *então de um formulário eletrônico de todas as entidades que estavam inscritas no conselho, nós*
1188 *conseguimos identificar em torno de 17/16.800 entidades em 2.400 municípios e aí fizemos uma*
1189 *análise qualitativa e o que nos possibilitou a deliberação deste Conselho por um programa*
1190 *nacional de aprimoramento desta rede e da constituição do nosso cadastro nacional de entidades*
1191 *de assistência social que efetivamente resultará na vinculação dessas entidades ao sistema único*
1192 *que a gente chama de Vínculo SUAS. Em torno de 1.400 entidades inscritas no cadastro, nós*
1193 *tivemos muitos problemas com o nosso preenchimento, o sistema acabava não salvando, não*
1194 *registrando, mas agora isso tudo foi arrumado e nós estendemos esse período para que a gente*
1195 *chegue no ano de 2015 até com esse cadastro preenchido e, portanto, com a nossa rede*
1196 *socioassistencial pública e privada toda identificada e aí passível de ir aprimorando as nossas*
1197 *relações. Nós também contratamos uma pesquisa, segunda pesquisa de entidade de assistência*
1198 *social pelo IBGE, no final de novembro ele lançou a primeira etapa que foi o levantamento geral e*
1199 *em maio nos entrega já a interpretação desses dados para que a gente possa ter o vínculo SUAS*
1200 *efetivamente estabelecido. Tiveram orientações desse Conselho que estabelece os parâmetros para*

1201 *inscrição das entidades nos respectivos Conselhos municipais e estaduais quando for o caso e a*
1202 *revisão de varias legislações que falam da concessão e da renovação do CEBAS. Também um*
1203 *Decreto de certificação que ele já está aprovado por todos os Ministérios envolvidos e estará, quer*
1204 *dizer, o Decreto de certificação já está regulamentado e o Decreto que regulamenta as entidades*
1205 *não governamentais já com a aprovação de todos os ministérios para sessão presidencial. E, a*
1206 *contratação também de uma consultoria para redesenhar o processo de certificação, ele já está em*
1207 *andamento e a gente já começou a aplicar as orientações com uma análise simplificada da grande*
1208 *maioria das entidades, visitamos as instituições, conversamos com os seus diretores e já há o*
1209 *indicativo da totalidade desse processo ser aplicado em 2015. Em relação à gestão do sistema, nós*
1210 *tivemos a discussão, aprovação, implementação da NOB 2005 resultando na NOB 2012, ela*
1211 *incorporou várias deliberações do Conselho e portarias do Ministério que orienta esse processo de*
1212 *gestão, já toda na Norma operacional básica. Estão sendo construídos indicadores de*
1213 *desenvolvimento desse sistema, então indicadores específicos dos CRAS, dos CREAS, para os*
1214 *Centros de População de Rua, para gestão, para os conselhos que foi apresentando já aqui para*
1215 *esse conselho e está faltando para as unidades de acolhimento, está faltando aqui na exposição,*
1216 *porque também já estão sendo elaborados os indicadores para as unidades de acolhimento.*
1217 *Também foram assinados pactos de aprimoramento da gestão do Sistema Único com os municípios*
1218 *e com os estados respeitando o período de gestão de cada qual e a elaboração do plano plurianual,*
1219 *porque há necessidade de que as respectivas, os respectivos planos nacional, estaduais e*
1220 *municipais tenham correspondência com a previsão orçamentária para esta área. Então nós*
1221 *apuramos, há metas e prioridades para cada um deles, os Estados fizeram uma revisão do pacto*
1222 *que já estava em vigência e os municípios fizeram a sua implantação. Nós também instituímos em*
1223 *2011 o Índice de Gestão Descentralizada, o IGD SUAS, tal qual existe o IGD Bolsa e fazemos*
1224 *repases também não só para cofinanciamento dos serviços, mas a partir de 2011, repases para o*
1225 *aprimoramento da gestão. Por favor, pode passar. Também instituímos uma outra estrutura*
1226 *organizacional e deliberamos aqui a política nacional de educação permanente e um programa de*
1227 *capacitação continuada denominado de Capacita SUAS. E hoje nós estamos, hoje e amanhã, em*
1228 *reunião com as universidades. Nós temos hoje um conjunto de 121 instituições de ensino superior e*
1229 *escolas tecnológicas de governo que aderiram a essa rede nacional de capacitação e que ofertam*
1230 *agora, qualificação continuada presencial e fechamos a semana passa um termo de parceria com a*
1231 *Fiocruz para que pense conosco um arranjo mais estruturante, com todos os processos formativos.*

1232 Não só então de homogeneização e alinhamento dos conceitos e dos entendimentos, mas também
1233 para os processos formativos de especialização, mestrado e residência na área para os recém-
1234 formados e também possa preparar o conteúdo de material que servirá de subsídio para estas
1235 qualificações e comecem a adotar essas temáticas de educação à distância, transformando esses
1236 conteúdos em EAD. Então, nós acreditamos que ao longo da próxima gestão a gente vai dar conta
1237 de atingir aí a totalidade. Hoje nós temos entre trabalhadores governamentais e não
1238 governamentais do Sistema Único de Assistência Social em torno de 600 mil pessoas, e precisamos
1239 dar conta de qualificar, hoje nós estamos dando conta de 10% da meta, 60 mil pessoas. Então é
1240 preciso que a gente tenha outras metodologias para poder atingir de forma continuada este
1241 público. Porque também temos a debilidade da alta rotatividade dos trabalhadores na área. Por
1242 favor, pode passar. Também regulamentos o artigo 6º E da LOAS que permite que recursos do
1243 financiamento federal possam ser usados para contratação de pessoal. E aí a gente percebe que
1244 este foi um modelo indutivo e que ao longo de cada ano, a legislação foi alterada em 2011, ao
1245 longo de cada ano, nós temos um quantitativo aí de municípios perto de 20% de municípios
1246 realizando concursos públicos para utilização desses recursos. A gente, evidentemente que tem que
1247 aumentar esse percentual, mas já é um indutor para essa ação. Por favor, pode passar. Também foi
1248 feito, a primeira regulamentação a gente já mencionou que é a integração ao mercado, mundo do
1249 trabalho. E a outra deliberação de fundamental importância desse conselho, foi reconhecer a
1250 atribuição da política de assistência social no campo da habilitação e reabilitação da pessoa com
1251 deficiência e da promoção de sua integração à vida comunitária, que é mais um inciso do Artigo 2º
1252 da LOAS e que havia muita dificuldade ainda de apreensão dessas atribuições. Ela, às vezes se
1253 confundindo com a previdência, às vezes se confundido com a saúde, coma educação e a
1254 delimitação das atribuições para esta área, a gente também computa como de fundamental
1255 importância a ação desse conselho. Para a frente, isto. Nós tivemos ainda a adoção do censo, no
1256 censo SUAS a incorporação de toda a rede privada e dos centros de população de rua em 2011, do
1257 serviço de acolhimento em 2012 e dos centros de convivência em 2014. Então, agora a totalidade
1258 da rede prestadora de serviço governamental e não governamental está, terá o levantamento
1259 sistemático e anual de todas as suas informações. Também em 2013 nós, após uma ampla
1260 discussão com os conselhos das categorias profissionais e do fórum de trabalhadores, nós
1261 adotamos um prontuário SUAS e no mês passado já uma edição informatizada de um prontuário
1262 simplificado. Havia um levantamento de que mais de 100 formas de registro do atendimento do

1263 público usuário da política era desenvolvida pelo conjunto de municípios. Então a ideia foi
1264 padronizar minimamente estes registros para que orientasse a atuação e a intervenção dos
1265 trabalhadores junto à população usuária e para que a população também pudesse acessar e ter as
1266 suas informações disponibilizadas quando entender necessário, quando precisar acionar outros
1267 direitos. E temos o registro mensal de atendimento, não só um registro agregado de todas as
1268 situações de vulnerabilidade e de risco, mas um registro individualizado dos acompanhamentos
1269 feitos pelo PAIF e pelo PAEFI. E um levantamento de que 92% dos equipamentos públicos tem
1270 preenchido esse registro. Neste registro nós temos o número do NIS, então a gente consegue fazer
1271 um cadastro único e, portanto, consegue saber que tipo de ofertas a política de assistência social
1272 tem desencadeado para cada um desses públicos prioritários. E hoje nós temos em
1273 acompanhamento no PAIF a cada ano, entrando em torno de 1 milhão e 600 mil famílias e no
1274 PAEFI em torno de 700 mil famílias. Também instituímos encontros trimestrais de assessoramento
1275 técnico para os respectivos estados que depois foram transformados em encontros bimestrais e às
1276 vezes em encontros mensais. Então, após cada pactuação na CIT, deliberação aqui no conselho, o
1277 conjunto de gestores estaduais se reúne com a secretaria nacional e discutem todos os processos de
1278 trabalho a serem desencadeados em função da pactuação e da deliberação efetuada. Em relação à
1279 gestão financeira e orçamentária, pode passar. Nós temos um novo decreto de regulamentação do
1280 fundo nacional, que simplifica as modalidades e reconhece outros tipos de despesa. O apoio
1281 técnico que o fundo preparou e organizou para o conjunto dos municípios que tem uma quantidade
1282 de saldos em conta, ainda elevado e, portanto, de todo o processo de gestão financeira dessas
1283 áreas, a elaboração de um caderno que serve de subsídio e tem um curso específico no Capacita
1284 SUAS. E um guia prático das orientações do fundo, além de sites, além de e-mails próprios, eles
1285 também introduziram, e de eventos nacionais, estaduais e regionais, também foi introduzido um dia
1286 de atendimento que é toda quarta-feira. O fundo recebe gestores, conselheiros, trabalhadores, para
1287 fazer os esclarecimentos dessa operação orçamentária e financeira pessoalmente, presencialmente.
1288 Pode passar, nós temos aqui também das deliberações emanadas neste espaço, e das
1289 determinações de emendas agora obrigatórias. Uma série de construções previstas para
1290 municípios, deste ano foram 109, e nós, ao todo da gestão 896 e nós temos aqui o total de emendas
1291 que foram aprovadas e que foram, que estão em processo de construção, repasse do recurso em
1292 construção dos equipamentos. Esse também é um trabalho que a gente tem feito conjuntamente com
1293 este conselho, junto ao Congresso Nacional, não só para aprovação do orçamento, mas para

1294 *indicação de quais ações e de quais equipamentos são prioritários, para que estas emendas possam*
1295 *ser canalizadas e não mais aqueles pedidos aleatórios do que se entendia como serviço próprio da*
1296 *política de assistência social. Em relação ao controle social, nós temos, realizamos nesse período*
1297 *duas conferências, a 8ª e a 9ª. Deste conjunto de conferências, várias deliberações foram emanadas*
1298 *desses espaços e um número bastante alto de participantes. Presencialmente nas conferências*
1299 *nacionais em torno de 2.000, mas depois a realização da quase totalidade de municípios com*
1300 *conferências municipais aumentando de um ano para o outro, de todos os estados e do Distrito*
1301 *Federal, e a análise, a constituição de um grupo de trabalho que aí queremos reconhecer o*
1302 *excelente trabalho e tarefa desenvolvida por esse conselho que é ter um grupo que faz*
1303 *continuadamente análise das deliberações e da implementação destas deliberações nos respectivos*
1304 *espaços. Então ela fez a análise de 2005 a 2011. Na conferência de 2013 nós fizemos um balanço*
1305 *destas implementações e agora esse conselho está discutindo a temática e o procedimento de uma*
1306 *comissão para a conferência de 2015. Nós temos, pelo levantamento do Censo SUAS, 93 mil*
1307 *conselheiros de assistência social no Brasil, conselhos em 5.296 municípios. Isso é uma coisa que*
1308 *está nos chamando a atenção porque todos os municípios indicam que tem conselhos municipais,*
1309 *mas nem todos preencheram o censo. Então o fundo já se certificou porque é um critério para o*
1310 *repasso do recurso a existência, e aí a necessidade de nós fazermos essa orientação para o*
1311 *preenchimento do censo. Nós também, o conselho de, fez um levantamento de que, das, ele realizou*
1312 *139 resoluções, editou 139 resoluções nesse período de quatro anos fruto das deliberações e das*
1313 *discussões aqui desse colegiado. Realizou 44 reuniões ordinárias, isso significa que foram 11*
1314 *reuniões ao ano, só retirando o mês de janeiro que tradicionalmente por conta de ser mês, férias de*
1315 *muita gente, ela não acontece, seis reuniões descentralizadas e ampliadas. Então, praticamente a*
1316 *cada quatro meses a realização de uma reunião, também fez a revisão e institui no seu regimento*
1317 *interno a realização das reuniões trimestrais para assessoramento técnico, aos conselhos estaduais*
1318 *e que a gente tem obtido uma avaliação bastante positiva, reuniões regionais com os conselhos*
1319 *estaduais e as reuniões com o, ali já está, já existe aquela reunião trimestral, seis reuniões*
1320 *trimestrais, como a gente já mencionou anteriormente. Então as reuniões tanto são trimestrais com*
1321 *os conselhos estaduais, como também acontecem descentralizadas e ampliadas pelas diversas*
1322 *regiões do país. Pode passar. Foi constituída uma comissão de acompanhamento de benefícios e*
1323 *transferência de renda nesta gestão, uma comissão de acompanhamento e monitoramento das*
1324 *deliberações, das conferências, com mencionamos e de organização e funcionamento dos conselhos*

1325 *de assistência social como instância de participação e controle do programa Bolsa Família e do*
1326 *cadastro único. Também, estas outras deliberações, a gente já mencionou, de inscrição de*
1327 *entidades, de habilitação e reabilitação, de inserção no mercado de trabalho e de assessoramento e*
1328 *de defesa de direito foram todas deliberações que dão a conformação desses conceitos e desses*
1329 *objetivos da lei orgânica para todas as, para todos os municípios e estados. Por favor, além disso,*
1330 *nós fizemos a apresentação e a discussão e deliberação aqui de vários planos nacionais em que a*
1331 *política de Assistência Social compõe com um conjunto de outras políticas setoriais a oferta de*
1332 *uma rede articulada de atenção para a população, para a pessoa com deficiência no Plano Viver*
1333 *Sem Limite, para a população usuária de substâncias psicoativas no Plano do Craque, para a*
1334 *população jovem no Plano Juventude Viva e para comunidades indígenas na articulação com a*
1335 *FUNAI. Além disso, nós fizemos também uma discussão com as doze capitais que foram as sedes*
1336 *da copa do mundo deste ano e com elas definimos protocolos de atenção integrada entre várias,*
1337 *entre os sistemas, o sistema de proteção social brasileiro com varias políticas setoriais e com o*
1338 *sistema de justiça. E agora nos dias 15 e 165 da semana que vem nós estaremos assinando com um*
1339 *conjunto de municípios e estados e representantes de ministérios e do Conselho Nacional de Justiça*
1340 *e do Conselho Nacional do Ministério Público, a instituição de um grupo de trabalho para*
1341 *aprimorar esses protocolos e esses fluxos integrados para diversos públicos, segmentos e*
1342 *segmentos de violações de direitos. Então para a criança e adolescente em situação de, e para a*
1343 *população adulta em situação de rua, de violência, de trabalho, de exploração no trabalho, de*
1344 *trabalho infantil. Acho que isso, e daí nos adultos, separação também no caso de mulheres para,*
1345 *em relação à violência. E a ideia é que a gente possa trazer para os respectivos conselhos*
1346 *nacionais da pessoa com deficiência, do idoso, da criança e do adolescente e de direitos humanos e*
1347 *para o Conselho Nacional de Assistência Social, estes protocolos e esses fluxos de atendimento e de*
1348 *acompanhamento, para que sejam adotados e adequados para cada um dos municípios, é claro que*
1349 *depende do porte do município, da rede instituída, às vezes terão, equipamentos próprios,*
1350 *especializados como no caso das varas, como no caso das delegacias, outras vezes não existem.*
1351 *Então ele vai ter as alternâncias necessárias para cada porte de município e para cada rede*
1352 *instalada. E nós também criamos um grupo com o sistema de justiça, Conselho Nacional de*
1353 *Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público, a semana passada fizemos o 2º Seminário*
1354 *Direito a Assistência Social, e com eles também estamos estabelecendo a nossa relação porque,*
1355 *particularmente os nossos serviços, grande parte deles são fruto de determinações judiciais ou de*

1356 *requisições de serviços por estes órgãos. Por favor, pode passar. Nós também desencadeamos um*
1357 *debate coletivo em vários espaços, seminários, teleconferências, oficinas, eventos do CONGEMAS,*
1358 *do FONSEAS, do próprio conselho, as reuniões ampliadas, as conferências, e todo o nosso*
1359 *processo de capacitação. E listamos aqui os principais temas abordados. Pode passar. E por fim a*
1360 *nossa agenda de futuro para que vocês possam se debruçar sobre ela e estabelecer também a*
1361 *agenda para a próxima gestão federal que se inicia agora em 2015. Na reunião do trabalho social*
1362 *com família no Seminário Nacional foi elencada uma série de ações a serem desenvolvidas pela*
1363 *Secretaria Nacional de Assistência e muitas delas comportam também a negociação, a articulação*
1364 *com a SENARC. Então, de lá saiu uma agenda, e essa agenda nós vamos desdobrá-la, já temos*
1365 *uma reunião marcada para tratar deste tema internamente e na sequencia ele vem para discussão.*
1366 *Também todo o nosso processo de qualificação dos serviços sócioassistenciais, não apenas do*
1367 *nosso programa de capacitação permanente, mas de orientações e de instrumentais metodológicos,*
1368 *informativos, que possam agregar conhecimento e processos de trabalho. A melhoria da*
1369 *infraestrutura dos equipamentos, pelos nossos indicadores a gente sabe que ainda há grande*
1370 *debilidade e agora a revisão desses indicadores. A compatibilização entre as demandas e as ofertas*
1371 *considerando o diagnóstico da nossa vigilância sócioassistencial que aponta situações de maior*
1372 *vulnerabilidade e risco e, portanto, aonde ainda nós temos necessidade de cobertura. E não só da*
1373 *vigilância, mas das consultorias que eu já mencionei, que nós já estamos fazendo. A necessidade do*
1374 *fortalecimento da gestão municipal e estadual e a implementação de metas e prioridades nacionais.*
1375 *Para o caso nós estamos monitorando a atenção das metas e a prioridade no pacto de*
1376 *aprimoramento da gestão e para o caso dos municípios e Governo Federal em 2015 a elaboração*
1377 *do PPA e a revisão dessas metas de acordo com essa próxima gestão. Também uma agenda*
1378 *nacional de regulação do sistema único, que nós vamos entregar para que sejam detalhados e*
1379 *aprimorados alguns elementos que estão sendo apontados pelos gestores, pelos Conselhos e pelos*
1380 *trabalhadores como necessários. Uma delas, a adequação das legislações municipais, estaduais e*
1381 *do Distrito Federal, a adequação ao SUAS porque essas leis são de 96 a 98 a maioria, antes da*
1382 *implantação do sistema, além da revisão da LOAS de 2011. A implementação da Vigilância Sócio*
1383 *Assistencial na totalidade dos entes, a implantação do novo índice de desenvolvimento do SUAS*
1384 *com aqueles indicadores naquelas diversas dimensões que a gente apresentou que estamos*
1385 *construindo. o fortalecimento do apoio técnico da União para os estados. É preciso que a gente*
1386 *defina um arranjo. Nós não temos estruturas descentralizadas, hoje adotamos a modalidade de*

1387 reuniões trimestrais que passaram a ser bimestrais, que passaram a ser mensais e agora estão
1388 exigindo a nossa aproximação. Então a gente vai trazer essa discussão para cá também, por favor.
1389 A informatização do prontuário que está em pré teste, uma política nacional de monitoramento e
1390 defesa de direitos, não sei bem se o termo é política nacional, mas nós sabemos que nós temos que
1391 regulamentar e tornar mais claro quais são estas ações de identificação de que, quais ações
1392 desenvolvidas por entidades governamentais possam se considerar assessoramento e defesa de
1393 direitos no âmbito do SUAS, porque em todas as políticas setoriais se desencadeia defesa de
1394 direitos. O estudo do custo dos serviços que nós estamos fazendo com o IPEA e que depois
1395 queremos apresentar até para poder concluir também qual o percentual de participação dos
1396 demais entes federados, Distrito Federal, estados e municípios. E o que implica num
1397 aprimoramento dessa responsabilidade compartilhada no cofinanciamento. A inclusão na lei de
1398 diretrizes orçamentárias no caráter obrigatório dos recursos. Essa legislação está em apreciação
1399 no Congresso Nacional. A regulamentação dos blocos de cofinanciamento e de aquisição de bens
1400 permanentes, o decreto do fundo permite isso. Nós começamos a fazer essa regulamentação, mas
1401 não aplicamos ainda, autorizando que as transferências também possam ser gastas em
1402 equipamentos. A revisão do nosso protocolo de gestão integrada, de serviços e benefícios,
1403 incluindo aqui também as áreas de educação e de saúde. O fortalecimento da política de
1404 capacitação com esse novo arranjo que a Fio Cruz está nos ajudando a construir, que eu já
1405 mencionei. Há uma demanda para que seja revisto os limites da lei de responsabilidade fiscal com
1406 gastos de pessoal na área da assistência social, saúde e educação. Porque eles são considerados
1407 serviços essenciais e, portanto a expansão qualificada depende deste aumento dos trabalhadores e
1408 muitos municípios e estados já estão no seu limite. Então essa é uma pressão que a gente tem
1409 sofrido tanto da Confederação dos Municípios quando dos próprios gestores e de Fórum de
1410 Secretários. A implementação dos serviços regionalizados que nós iniciamos agora, então é preciso
1411 que a gente acompanhe todo esse processo e identifique regiões ainda com ausência de cobertura,
1412 e por fim, e aqui agora nós estamos para a última mesmo, a consolidação de todos esses processos
1413 de reordenamento, vocês participam e sabem que muitos deles estão elaborando seus planos. Estão
1414 iniciando essa revisão e é preciso que a gente faça esse monitoramento e acompanhe. A
1415 implantação das ações estratégias do PETI para os 1.913 municípios que eu também já havia
1416 mencionado que nós fizemos as reuniões regionais e agora o calendário das audiências públicas
1417 estaduais. A consolidação do Aprimora Rede que é o nosso programa de constituição do cadastro

1418 nacional das entidades de assistência social. A superação do passivo para concessão do CEBAS
1419 que essa nova consultoria já nos indicou e que a gente está prevendo vencê-lo em 2015. A
1420 implementação, se Deus quiser, realmente, não, se nós quisermos porque nós é que temos que dar
1421 conta. A implementação do sistema que faz todo o acompanhamento da concessão de revisão do
1422 benefício de prestação continuada com sistema informatizado. Os novos critérios de concessão do
1423 BPC que eu já mencionei com a determinação do Supremo. O fortalecimento da intersectorialidade,
1424 em relação à elaboração dos fluxos, dos protocolos, de uma ficha de notificação integrada que nós
1425 estamos concluindo com o Ministério da Saúde e todos os trabalhadores da assistência social e da
1426 saúde, quando identificadas situação de violação de direitos e de violência vão preenchê-la. E uma
1427 agenda de articulação do SUAS com o Sistema de Justiça que também foi fruto deste último
1428 encontro que eu mencionei. Então me parece que a gente tem aí um bom campo para o ano de 2015
1429 a 2018. E para, não só para a próxima gestão dos estados e do Governo Federal, mas para a
1430 gestão do Conselho que deve elencar destas, as prioridades e orientar a Secretaria Nacional de
1431 Assistência Social nas suas ações. Eu gostaria de agradecer novamente a oportunidade, pedir
1432 desculpas, mas o balanço dos quatro anos foi bastante denso, e aí colocar a secretaria muito a
1433 disposição e trazer uma mensagem do Guimarães Rosa que a gente tem se embasado nela para
1434 poder continuar na consolidação do sistema único e que ela aponta, nos aponta algum caminho e
1435 não nos deixa desistir, a despeito de todos os desafios. E ele diz o seguinte: “O correr da vida
1436 embrulha tudo. A vida é assim, esquentada e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois
1437 desinquieta”. O que ela quer da gente é coragem. E diante do balanço, a gente sabe que ainda tem
1438 muito pro fazer, mas se nós continuarmos na consolidação de um efetivo sistema de proteção social
1439 e integrando os nossos benefícios à transferência de renda, os nossos serviços com a rede de
1440 políticas públicas nas demais áreas que constituem o sistema de proteção social brasileiro, e
1441 tivermos muita coragem para enfrentar os novos desafios, nós vamos ter uma outra sociedade, um
1442 Brasil inclusivo, redistributivo, igualitário e um Brasil num patamar de civilidade que a nossa
1443 população merece. Então, obrigado a todos os Conselheiros e Conselheiras, que ao deliberarem e
1444 ao discutirem a temática, orientam a consolidação do Sistema Único de Assistência Social e
1445 sucesso para a próxima gestão”. O Presidente agradeceu pela apresentação, com a Secretária
1446 colocando-se á disposição para esclarecimentos. **Item Balanço das Ações da Secretaria Nacional**
1447 **de Renda de Cidadania – SENARC/MDS e debate**, pelo Secretário Luis Henrique: “Muito
1448 obrigado Presidente Edvaldo, eu queria agradecer a cada um de vocês pela oportunidade que está

1449 sendo dada a SENARC de fazer um balanço daquilo que nós todos construímos juntos na área de
1450 transferência de renda e do cadastro único para programas sociais do Governo Federal. A gente
1451 vai falar, a gente falar desse período de 2011 a 2014. Foi um período marcado fundamentalmente
1452 pela emergência do Plano Brasil Sem Miséria. O Plano Brasil Sem Miséria foi o que balizou as
1453 atuações do cadastro único, as ações que nós desenvolvemos no cadastro único e do Programa
1454 Bolsa Família. E desde a criação do plano, talvez até um pouquinho antes a gente começou com
1455 uma série de alterações no programa. Primeiro conjunto de alterações são aquelas que afetaram o
1456 valor do benefício. A gente tinha um benefício médio de R\$ 94,00 por família por mês em janeiro de
1457 2011. E esse benefício passou para R\$ 167,00, nos últimos meses está um pouquinho, inclusive
1458 maior, R\$ 169,00. O que corresponde a um aumento de quase 80% em termos nominais,
1459 substantivamente superior à inflação que ocorreu no período. Esse aumento foi marcado por uma
1460 séria de ocorrências. Em primeiro lugar por um forte aumento dos benefícios variáveis que
1461 aconteceu em abril e que precedeu ao Plano Brasil Sem Miséria, logo na sequencia nós tivemos um
1462 pequeno aumento do valor médio do benefício devido à ampliação do número máximo de filhos que
1463 poderiam receber o benefício variável de três para cinco filhos. A seguir nós tivemos as três etapas
1464 de implementação do benefício de superação a extrema pobreza. A primeira delas foi anunciada
1465 junto com a estratégia do Brasil Carinhoso, que foi voltado para famílias com filhos de zero a seis
1466 anos. Na sequencia as famílias com filhos de zero a 15 anos passaram a receber o benefício e
1467 eventualmente isso chegou a todas as famílias do programa. Finalmente ao longo desse ano foi
1468 anunciado o reajuste de aproximadamente 10% nos benefícios do programa, foi ao longo de 2014.
1469 Fizemos com isso, perfazendo com isso um aumento de praticamente 80% em termos nominais
1470 do programa. Foi um aumento substantivo, eu creio que o programa nunca passou por um ciclo de
1471 aumentos tão significativos no valor médio do benefício. Mas é bom a gente lembrar, nós estamos
1472 falando do benefício que é inferior a R\$ 170,00 por família, por mês. Então ele continua sendo um
1473 benefício extremamente modesto para a família, assim como ele é, continua sendo um benefício
1474 extremamente barato para a sociedade brasileira, como nós vamos ver a seguir. Nós também
1475 tivemos uma série de outras inovações institucionais, a regra de permanência que havia sido
1476 estabelecida ainda em 2010 foi um elemento importante. A regra basicamente, ela mantém no
1477 programa durante dois anos famílias cuja renda per capita ultrapassa os critérios de elegibilidade.
1478 Ou seja, famílias cuja renda passa dos R\$ 154,00 por mês per capita. Elas continuam recebendo o
1479 programa durante um período de dois anos. Até a gente ter certeza de que esse aumento de renda

1480 *foi durável, de que elas vão permanecer numa situação estável. Ainda em 2011 nós criamos o*
1481 *retorno garantido que é basicamente uma garantia que a família tem de que se ela fizer o*
1482 *desligamento voluntário, ou seja, se ela voluntariamente se dirigir a gestão do programa e pedir os*
1483 *eu desligamento, ela vai poder retornar ao programa na hora que ela precisar, durante o período*
1484 *de 36 meses, três anos. Então a família não entra de novo, no conjunto de habilitados para então*
1485 *passar por um processo de seleção. Ela é a rigor, ela continua sendo uma beneficiária no sentido*
1486 *de que ela pode ter o seu benefício, o cancelamento do seu benefício revertido. Então ela entra*
1487 *novamente na folha de pagamento. Finalmente houve uma evolução muito grande na área de*
1488 *gestão de condicionalidades que eu acho muito importante destacar aqui. Quer dizer, o Bolsa*
1489 *Família sempre teve uma perspectiva no que diz respeito a gestão de condicionalidades, que as*
1490 *condicionalidades, segundo a qual, as condicionalidades, elas devem ser muito mais um reforço ao*
1491 *exercício dos direitos na área de educação, saúde e assistência social do que uma penalidade ou*
1492 *uma punição para as famílias. E o que nós tivemos com a evolução que foi feita por meio de*
1493 *portaria ao longo desse período foi uma garantia de que nenhuma família vai ser excluída do*
1494 *programa sem ter acesso ao serviço de assistência social. Ou seja, ela pode descumprir as*
1495 *condicionalidades, ela vai receber, ela vai passar pelo processo inteiro que começa como*
1496 *advertência, termina em suspensão. Mas ela não terá seu benefício cancelado se ela não tiver tido*
1497 *acompanhamento, pelo menos um ano, da assistência social. Hoje nós temos no Brasil*
1498 *estabelecidas as condições institucionais para que nenhuma família mais perca seu benefício por*
1499 *conta do descumprimento de condicionalidades. Porque nós precisamos ter, fazer que com o*
1500 *esforço da rede de assistência social tenha um acompanhamento efetivo dessas famílias, para que*
1501 *nenhuma delas mais tenha seu benefício cancelado. Seja como for, a gente está hoje com um*
1502 *cancelamento absolutamente residual. Antigamente a cada ciclo das condicionalidades da*
1503 *educação a gente tinha uma, um cancelamento de alguma coisa em torno de 11mil, 14 mil famílias*
1504 *e hoje em dia a gente cancela o benefício de 200, 300,500 famílias na pior das hipóteses. Eu creio,*
1505 *o que eu quero, eu acho que todos nós queremos é que nenhuma família mais tenha o seu benefício*
1506 *cancelado, e que todas elas tenham os eu acompanhamento feito pela rede de assistência social, de*
1507 *maneira que elas não percam o benefício, isso que é fundamental, que elas tenham acesso ao*
1508 *direito na área de educação, na área de saúde e na área de assistência social sem deixar de ter*
1509 *acesso a renda porque nós sabemos que cortar o benefício dessas famílias não vai ajudar em*
1510 *nada. Fundamental também é destacar aqui o quanto que o acompanhamento de condicionalidades*

1511 *se tornou um instrumento de diagnóstico de situações de vulnerabilidade social para a área de*
1512 *assistência social no município. Hoje é um toque de botão, o SICOM gera um relatório de famílias*
1513 *que estão em situação de suspensão de benefícios por conta de descumprimento de*
1514 *condicionalidades. E deve haver poucos indicadores mais precisos da situação de vulnerabilidade*
1515 *social das famílias do que o fato de elas não conseguirem sequer mandar seus filhos para a escola.*
1516 *Então, hoje em dia nós não precisamos contar mais, as áreas de assistência social no município*
1517 *não precisa mais contar com a intuição, não precisa mais contar com conhecimento empírico, eles*
1518 *podem contar com uma base sólida que foi construída por eles. Porque na verdade o SICOM é*
1519 *totalmente lastreado no cadastro único e ele segue sendo talvez o instrumento mais preciso para a*
1520 *área de assistência social no município para identificar vulnerabilidades sociais. Então, o*
1521 *acompanhamento de condicionalidades ele vai passar a ser crescentemente um instrumento de*
1522 *diagnóstico de vulnerabilidades social e um guia para que a área da assistência social alcance*
1523 *essas famílias em situação mais vulnerável. E com isso a gente vai reduzir, até se Deus quiser, um*
1524 *dia eliminar o caráter punitivo da gestão de condicionalidades. No que diz respeito à articulação*
1525 *intersetorial eu destacaria que foi feito um esforço muito grande do departamento de*
1526 *condicionalidades junto com outros ministérios. A gente conseguiu, eu vou citar aqui dois exemplos*
1527 *que são, no meu entender, muito, muito interessantes. O primeiro deles é o Programa Mais*
1528 *Educação. O Programa Mais Educação, o objetivo dele é basicamente aumentar a oferta de*
1529 *educação integral, em tempo integral para as crianças, ou seja, você ter um turno e um contra*
1530 *turno com três refeições por dia. Mais ou menos o desenho que a gente quer que as crianças*
1531 *brasileiras recebam. Esse programa era feito por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola, ou*
1532 *seja, as escolas se candidatavam ao programa, passavam a receber uma complementação de renda*
1533 *pela qual ela contratava monitores para cuidar dos seus alunos no período do contra turno. Essa*
1534 *seleção era livre, ou seja, qualquer escola poderia se candidatar e como a gente sabe, são*
1535 *normalmente as escolas mais estruturadas, as escolas que tem uma melhor clientela, uma clientela*
1536 *menos pobre ou mais rica é que acabam tendo maior facilidade para acessar esse tipo de*
1537 *programa. Mas foi desenvolvido junto com o MEC uma lista de prioridades para as escolas*
1538 *acessarem o Programa Mais Educação e entre essas prioridades, a mais importante é que a escola*
1539 *tenha pelo menos 50% de alunos do Bolsa Família. Se a escola tiver 50% a mais de alunos do*
1540 *Bolsa Família ela tem prioridade para aderir ao Mais Educação. Com isso a gente inverteu a*
1541 *lógica e as escolas que tinham a maioria de alunos do PBF. E que eram as escolas de maioria PBF*

1542 eram a minoria das escolas do Mais Educação, elas se tornaram a maioria. Então hoje alguma
1543 coisa em torno de 75% das escolas que aderiram ao Mais Educação, três em cada quatro escolas,
1544 são escolas com maioria de escolas do Bolsa Família. Ou seja, são escolas que atendem a clientela
1545 pobre, porque os outros 50% podem não ser beneficiários do Bolsa Família mas tem perfil muito
1546 parecido. Então, nós estamos aumentando a oferta de educação em tempo integral no Brasil pelos
1547 mais pobres. Se Deus quiser, dentro de algum tempo ela vai estar universalizada e todas as
1548 crianças brasileiras terão acesso a educação de tempo integral, mas nós estamos começando pelos
1549 mais pobres. Da mesma forma, no que diz respeito ao Programa Saúde da Escola, nós temos hoje
1550 44 mil escolas com maioria de beneficiários do Programa Bolsa Família que são atendidos por
1551 esse programa. Esse programa é basicamente um programa que tem equipes de saúde da família
1552 específicas para fazer o acompanhamento da saúde das crianças em idade escolar e matriculadas.
1553 Então hoje a gente conseguiu desenvolver uma parceria com a educação e saúde que vai para além
1554 das condicionalidades, que está sendo muito efetiva e que vai ter um impacto muito grande na vida
1555 dessas crianças. Vamos lá. Novo SICOM. Um pequeno orgulho para a gente lá da SENARC ter
1556 feito uma mudança grande no sistema de acompanhamento de condicionalidades, o SICOM. Para
1557 quem acessa, entre vocês, acessa o SICOM, o SICOM mudou de cara, o SICOM está mais fácil, o
1558 SICOM está mais rápido e o SICOM está mais intuitivo, fácil de manipular. Mas, mais importante
1559 do que isso, o SICOM mudou sua arquitetura interna, é uma coisa que ninguém vê. E foi um
1560 trabalho muito grande para que o sistema tivesse essa mudança de arquitetura. Ele também, nós
1561 também desenvolvemos uma coisa que vai estar no ar muito em breve que são essas telas
1562 adaptativas. Ou seja, se você quiser acessar o SICOM do seu celular, você vai conseguir acessar o
1563 SICOM do seu celular com aquela tela já adaptada para a telinha do celular ou para a tela do
1564 tablete ou para a tela do computador, as telas vão ser adaptadas, de maneira que qualquer um vai
1565 poder saber como é que está a situação ou da sua própria família ou eventualmente, para quem
1566 pertence a gestão municipal, mas não está no escritório, vai der acessar o SICOM e ver como está
1567 a situação daquela família no cadastro, na folha de pagamentos e no que diz respeito ao
1568 acompanhamento de condicionalidades. Então o SICOM vai ser tornando cada vez mais um
1569 instrumento muito forte de apoio a gestões municipais, e o que nos orgulha é que o SICOM é
1570 produto da casa. Não é da Caixa, é do próprio Ministério e dadas as dificuldades que nós temos na
1571 área de TI, te rum sistema estável e robusto como o SICOM é motivo de orgulho. Nós também
1572 mantivemos toda uma estrutura, mantivemos e fortalecemos uma estrutura de capacitação da

1573 SENARC. Continuamos o nosso curso de capacitação de entrevistadores do cadastro. Esse curso,
1574 ele é um curso inteiramente feito dentro da rede de assistência social, isso é muito importante. Nós
1575 capacitamos aqui instrutores vinculados às coordenações estaduais do Programa Bolsa Família.
1576 Essas pessoas capacitam gestores municipais e pessoas que trabalham na gestão municipal de
1577 modo que só nesses quatro anos a gente capacitou mais de onze mil profissionais inteiramente
1578 dentro da rede do SUAS, inteiramente dentro da rede do SUAS. A rede do SUAS, compõem os
1579 instrutores e compõem as pessoas que receberão a capacitação. Nós criamos, nós temos então não
1580 apenas o curso de formação de instrutores, de entrevistadores do cadastro, mas também o curso de
1581 gestão do Bolsa Família que foi criado nesse período de 2011 e 2014 e estamos crescendo um
1582 pouquinho a nossa oferta de cursos de educação a distância. Enfim, mais de dez cursos que já são
1583 oferecidos em rodízios, entres eles de utilização dos recursos do IGD, e também de utilização do
1584 novo SICOM que acabou, é o último curso que a gente está oferecendo. Então é um conjunto de
1585 cursos muito bom, nós já temos assim, praticamente mil pessoas matriculadas só neste último curso
1586 do SICOM que foi lançado há duas, três semanas atrás. Então, isso está se revelando uma
1587 estratégia muito interessante para a gente, para alcançar uma parte desses 5.570 enfim, núcleos de
1588 gestão do Programa Bolsa Família. Além disso, nós tivemos um conjunto de outras inovações
1589 institucionais, nas quais esse conselho tomou parte, é parte, das quais esse conselho é parte
1590 integrante, primeiramente por meio da alteração que foi feita no Decreto 5209 por meio do
1591 Decreto 7332 de 2010, quando foi atribuído aos conselhos de assistência social nos estados e
1592 municípios o poder de analisar e aprovar ou não a prestação de contas dos recursos do IGD.
1593 Então a aprovação de contas dos recursos do IGD passou a ser função ou atribuição dos conselhos
1594 de assistência social no respectivo nível e também duas resoluções do Conselho Nacional de
1595 Assistência Social de número 18 de 2013 e de número 15 de 2014 todas as duas voltas para o
1596 fortalecimento do papel dos conselhos municipais de assistência social e para que eles assumam de
1597 forma crescente o papel de instância de controle social do Programa Bolsa Família. Além disso,
1598 sobre o cadastro único a gente tem uma série de coisas que foram feitas também. Primeira coisa, a
1599 implantação definitiva da versão sete, a versão sete, ela foi lançada durante o aniversário de sete
1600 anos do Programa Bolsa Família em 2010. Mas a efetiva implementação dela começou mesmo ao
1601 longo de 2011. E foi um processo extremamente demorado, extremamente longo, extremamente
1602 sofrido, como vocês sabem, o cadastro único é uma solução online, ou seja, apenas municípios que
1603 tem acesso a internet conseguem ter acesso a solução do cadastro único, a versão sete do cadastro

1604 *único e como nós sabemos havia um conjunto não desprezível de municípios que não tinha acesso a*
1605 *internet. Eu não estou falando que eles não tinham acesso a internet na área rural, que não tinha*
1606 *acesso a internet em pontos isolados. Eles não tinham acesso a internet na sede da prefeitura. E*
1607 *nós conseguimos fazer com que todos os municípios brasileiros passassem a operar a V sete até*
1608 *2013. Quer dizer ao longo de dois anos, três anos de implementação, todos os municípios*
1609 *passaram a ter internet e eles não passaram a ter internet por conta de alguma exigência da*
1610 *secretaria de finanças ou da secretaria de fazendo do estado ou qualquer coisa desse tipo, eles*
1611 *passaram a ter acesso a internet por uma exigência e por um esforço feito pela área de proteção*
1612 *social. Então, é uma inversão da maneira como tradicionalmente as coisa são feitas, e nesse campo*
1613 *eu queria dizer que nós, somos nós da assistência social que estamos levando as novidades para*
1614 *esses municípios mais distantes do Brasil. Curiosamente eu acabei, eu falei isso na CIT na semana*
1615 *passada e eles me fizeram uma pergunta, eu não sabia, mas curiosamente o último município a*
1616 *aderir a versão sete do cadastro único que deixou de operar com a seis foi o município de Bonfim,*
1617 *Bonfim. Então foi o bom fim da versão seis do cadastro único. Aí me perguntaram, e Bomfim fica*
1618 *aonde? Em, Roraima. Solange, muito obrigado Solange... (Intervenção feita fora do microfone)...*
1619 *Exatamente. Exato, então foi Roraima, devia ser mesmo a região norte, que é a região que enfim,*
1620 *foi mais difícil alcançar isso. E nós conseguimos isso graças ao Ministério da Defesa que fez com*
1621 *que a internet por meio de satélite chegasse nessas localidades. Ao longo desse período a gente*
1622 *cadastrou mais de um milhão de famílias em situação de extrema pobreza que foram inseridas*
1623 *imediatamente depois no Programa Bolsa Família. Houve também, e acho que isso é um ponto*
1624 *para todos nós nos orgulharmos, a identificação de um milhão e 200 mil famílias em grupos*
1625 *populacionais tradicionais específicos. Então isso é um esforço muito grande que foi feito para*
1626 *conhecer particularidades da vida dessas famílias. Até às vezes a gente conseguia identificar*
1627 *famílias indígenas e famílias quilombolas, mas famílias de um grupo maior do que isso, ciganos,*
1628 *extrativistas, pescadores artesanais, comunidades de terreiros, ribeirinhos, agricultores familiares,*
1629 *assentados, acampados, beneficiários de crédito fundiário atingido por infraestrutura, presos em*
1630 *sistemas carcerários, catadores, indígenas, quilombolas e moradores de rua passaram a ser*
1631 *identificados pela versão sete do cadastro único. E um milhão e 200 mil famílias já foram*
1632 *identificadas como pertencendo a um desses grupos tradicionais, grupos populacionais*
1633 *tradicionais específicos. Então isso é uma coisa muito importante e também fizemos uma coisa que*
1634 *estava prevista desde o iníciozinho da versão sete que é ter o setor censitário essas famílias, onde*

1635 *que estão essas famílias, em que setor censitário elas vivem? Para você estudar um pouquinho a*
1636 *distribuição espacial da pobreza. A gente não conseguia fazer isso, mas por meio de um convênio*
1637 *que nós fizemos com o IBGE e uma compatibilização da base de endereços do IBGE com a base do*
1638 *cadastro único a gente está conseguindo localizar entre 70, 75% das famílias do cadastro único,*
1639 *localizar elas a nível de setor censitário, no nível do setor censitário. Então é uma coisa*
1640 *absolutamente fundamental para que a gente consiga conhecer um pouquinho da geografia da*
1641 *pobreza, da distribuição geográfica da pobreza. Isso é um passo importante que a gente está dando*
1642 *agora e que vai continuar dando ao longo dos próximos anos também com o apoio do IBGE. Como*
1643 *principais resultados eu vou tentar me apressar um pouco aqui. Basicamente o Programa Bolsa*
1644 *Família continua sendo um dos principais responsáveis pela redução da pobreza, em especial da*
1645 *extrema pobreza, não é o programa mais importante, não é o fator mais importante nem da*
1646 *extrema pobreza e nem da desigualdade. Como diz o Ministro Marcelo Neri nós somos um ator*
1647 *coadjuvante. A primeira vez que eu ouvi isso, eu falei: como é que é? Que história é essa de ator*
1648 *coadjuvante? Mas vendo a explicação dele, eu dei toda razão, o Bolsa Família custa meio por*
1649 *cento do PIB. E é injusto exigir do Bolsa Família, um programa que custa apenas meio por cento*
1650 *do PIB e paga benefícios modestos de menos de R\$ 170,00 por família, por mês em média, exigir*
1651 *que ele seja o principal fator de redução da pobreza, da extrema pobreza. Ele é o segundo ou*
1652 *terceiro fator, dependendo do que se considera, o primeiro fator vem sendo, é definitivamente o*
1653 *aumento do salário mínimo e o aumento da formalização. Ou seja, o emprego, basicamente o*
1654 *emprego assalariado e o aumento do real do salário mínimo. O Bolsa Família vem a seguir, como*
1655 *o segundo fator mais importante. A pobreza, extrema pobreza seria um terço maior não fosse os*
1656 *benefícios do Bolsa Família e da queda que nós tivemos de desigualdade de rendimentos observada*
1657 *nos últimos doze anos que é uma queda significativa e inédita na história brasileira. O Bolsa*
1658 *Família responde por alguma coisa ente 15,20%, dependendo do período considerado. Então, o*
1659 *Bolsa Família acaba tendo um impacto muito grande especialmente pelo valor que ele custa. Um*
1660 *programa que custa apenas meio por cento do PIB só conseguiria fazer esse impacto todo se fosse*
1661 *muito bem focalizado, ou seja, se esse meio por cento do PIB fosse de fato endereçado a parcela*
1662 *mais pobre da população, é isso que o Bolsa Família consegue. O que nós vemos nesse gráfico*
1663 *basicamente é a extrema pobreza por idade, então no eixo horizontal nós temos a idade,*
1664 *10,15,20,25 anos etc. e a taxa de extrema pobreza. Na cor vermelha nós temos aí a extrema*
1665 *pobreza como ela seria não fosse o Bolsa Família. Ou seja, ela é muito, muito mais alta, para a*

1666 população de zero a 16 anos que é a população mais afetada pela extrema pobreza. Com a linha
1667 amarela nós vemos o efeito dos benefícios tradicionais do Bolsa Família e como que a extrema
1668 pobreza se reduz especialmente entre as crianças e adolescentes e na linha azul nós temos o
1669 potencial de redução da extrema pobreza a partir da criação do benefício de superação da
1670 extrema pobreza, o BSP ou Brasil Carinhoso. Vamos lá, então, a possibilidade que nós temos aí, a
1671 queda da extrema pobreza das crianças alcança alguma coisa em torno de 90% e de 60% para o
1672 Brasil como um todo. O Bolsa família segue sendo a transferência mais progressiva que é feita,
1673 transferência de renda mais progressiva que é feita pelo Estado brasileiro. Não existe nenhuma
1674 transferência realizada pelo Estado brasileiro que seja tão progressiva, isso é que alcance tantos
1675 pobres quanto o Bolsa Família e mesmo com a expansão forte que nós tivemos nos últimos anos o
1676 Bolsa Família segue sendo um programa extremamente bem focalizado, tanto pela comparação
1677 com outros programas nacionais quanto na comparação internacional. No que diz respeito a
1678 saúde, nós temos uma série de indicadores, enfim, vocês podem depois processar bem a
1679 apresentação. Eu vou destacar um dado só que está, um dois slides para a frente. Vamos ver, mais
1680 um, não, volta um, perfeito, aí, que é a redução da mortalidade infantil. 2013, no ano de
1681 comemoração de 10 anos do Bolsa Família foi publicado um artigo em uma das mais prestigiosas
1682 revistas da área de epidemiologia no mundo, a revista The Lancet, revista britânica, e era um
1683 artigo sobre o impacto do Bolsa Família na redução da mortalidade. Basicamente o que foi feito
1684 foi o seguinte, foram comparados municípios com igual perfil sócio econômico e a diferença é que
1685 eles tinham diferença de cobertura do Bolsa Família. Alguns municípios tinham baixa cobertura
1686 outros municípios tinham cobertura alta e persistente. E aí viu qual era a diferença na mortalidade
1687 da infância, ou seja, mortalidade de zero a cinco anos entre esses municípios, a diferença existe
1688 entre esses municípios. Nos municípios em que a cobertura do Bolsa Família era mais alta, era alta
1689 e persistente, houve uma queda de mortalidade infantil em relação aos municípios de baixa
1690 cobertura de aproximadamente 20%. Então o Bolsa Família junto com outras estratégias, mas
1691 fundamentalmente o Bolsa Família respondia por 20% da redução da mortalidade na infância,
1692 mortalidade de zero a cinco anos. Mais importante do que isso, a redução na queda, quando você
1693 considera as causas específicas de mortalidade e isola aquelas quedas que são próprias da pobreza
1694 como a diarreia e a subnutrição nós tivemos uma queda de mais de 50% na mortalidade infantil
1695 graças ao Bolsa Família. Então isso, eu acho que enche de orgulho todo mundo que trabalha com
1696 o programa nos três níveis de governo pelo impacto gigantesco que ele tem e que ele ainda pode vir

1697 *a ter na redução da mortalidade das crianças. Em relação à educação, nós tivemos ao longo dos*
1698 *anos, primeiras pesquisas que mostraram o impacto do Bolsa Família na frequência escolar, em*
1699 *seguida vieram depois de alguns anos, as medidas, as pesquisas que apontaram para impacto na*
1700 *progressão, que é alguma coisa que só depende de mais tempo de exposição no programa. Então as*
1701 *crianças no início elas ficavam na escola, mas elas ficavam na escola, mas não melhoravam muito*
1702 *não, porque elas continuavam sendo reprovadas. Com o tempo a maior permanência na escola fez*
1703 *com que elas passassem a passar mais de ano do que os não beneficiários. O mais difícil foi provar*
1704 *que havia diferença de aprendizado e isso, enfim, isso permaneceu sendo um grande debate na*
1705 *literatura de políticas sociais, especialmente na política de transferência de renda. Mas um ou dois*
1706 *anos atrás o nosso colega Armando Simões da SAGI, que hoje trabalha na SAGI estava*
1707 *desenvolvendo uma tese de doutorado em Sussex na Inglaterra, e ele conseguiu fazer uma pesquisa*
1708 *extremamente robusta demonstrando que o Bolsa Família teve ao longo de muitos anos, ele*
1709 *conseguiu também ter impacto na aprendizagem de português e matemática que são testados pela*
1710 *Prova Brasil. Então, nós temos um conjunto robusto, muito robusto, eu diria muito robusto hoje em*
1711 *dia, de evidências a respeito do impacto do Bolsa Família na educação. Obviamente, novamente é*
1712 *bom a gente apontar, o Bolsa Família também na educação, não é o ator principal. Ele é um ator*
1713 *coadjuvante, a gente não pode esperar que dependa do Bolsa Família a mudança completa no*
1714 *cenário educacional brasileiro. Isso vai vir das políticas educacionais brasileiras que estão em*
1715 *curso e das que virão a ser desenvolvidas. Não do Bolsa Família. Mas o Bolsa Família segue sendo*
1716 *uma importante linha auxiliar para a melhoria dos indicadores nacionais brasileiros. Pode passar,*
1717 *pode passar. No que diz respeito a educação e trabalho a gente também reuniu ao longo desses*
1718 *anos uma, um conjunto de evidências para demonstrar que o Bolsa Família não gera acomodação.*
1719 *A lenda de que as famílias não trabalham mais porque tem Bolsa Família, ela é, enfim, ela tem*
1720 *contra ela agora um conjunto absolutamente robusto de evidências. O IPEA inclusive desenvolveu*
1721 *por meio do estudo do Sergei Soares e do Luís Felipe um estudo que, basicamente um serving de*
1722 *todos os estudos já existentes. E quando você junta tudo a evidência é muito impactante. Não tem, o*
1723 *Bolsa Família não gera nenhuma, nenhuma acomodação no mercado de trabalho. Há pesquisas*
1724 *inclusive que dizem o contrário, que o Bolsa Família acaba levando as famílias a trabalharem um*
1725 *pouquinho mais porque tem o dinheiro para buscar emprego, tem dinheiro para, mas é na margem*
1726 *também. Eu acho que... É. O fundamental é, vamos dizer assim, os efeitos negativos que alguém um*
1727 *dia esperou que o Bolsa Família pudesse virar na participação do mercado de trabalho, eles*

1728 *simplesmente não existem. Houve também um reforço no papel, no empoderamento da mulher*
1729 *dentro do domicílio, um conjunto maior de decisões que passou a ser tomadas, ou exclusivamente*
1730 *pelas mulheres, que é uma coisa importante do Bolsa Família, e também, não está aqui na*
1731 *apresentação, mas é sempre bom lembrar. Um conjunto de pesquisas muito grande também foi feita*
1732 *para saber se o Bolsa Família teria algum impacto sobre aumento da natalidade, aumento da*
1733 *fertilidade das mulheres e está absolutamente descartado também. O Bolsa Família não tem*
1734 *nenhum impacto no aumento da fertilidade das mulheres, então... o que é óbvio, ninguém vai ter um*
1735 *filho para ganhar 35 reais a mais que é o valor do benefício variável. Infelizmente, esses*
1736 *argumentos conservadores levam a gente a gastar um monte de tempo fazendo pesquisa para*
1737 *demonstrar o que é basicamente óbvio. Mas enfim, hoje, o óbvio está bastante demonstrado,*
1738 *ninguém conseguiu encontrar nenhuma evidência de aumento de natalidade. Obviamente a gente*
1739 *tem uma série de desafios. Nós temos que continuar trabalhando na gestão de benefícios, e na*
1740 *ampliação dos meios de pagamento, eu acho que hoje em dia, ok, o Brasil é um dos mais evoluídos*
1741 *pelo fato de que ninguém aqui recebe dinheiro na mão levado por uma Kombi, ou não sei o quê.*
1742 *Em diversos países da América Latina e da Ásia isso ainda acontece, simplesmente, porque eles*
1743 *ainda não tem uma rede bancária sólida quanto a do Brasil, e nem tem um banco público como a*
1744 *Caixa para fazer o dinheiro chegar em praticamente todos os municípios brasileiros. Mas nós*
1745 *também temos um conjunto de alternativas para fazer com que o dinheiro chegue sem ser pelo*
1746 *cartão. Nós podemos utilizar o celular. Nós podemos utilizar conta poupança, além da conta*
1747 *corrente simplificada que é um instrumento que hoje existe. Então, a gente tem um conjunto de*
1748 *instrumentos que a gente gostaria de desenvolver e que vai desenvolver se deus quiser nesses*
1749 *próximos quatro anos. Nós temos que melhorar muito a qualidade do serviço que o cadastro único*
1750 *presta aos demais programas usuários do cadastro. Quer dizer, antigamente a gente tinha que*
1751 *praticamente vender o cadastro por aí, empurrar o cadastro, eu falo, pedir para as pessoas*
1752 *utilizarem, e hoje o cadastro é utilizado por 20 programas sociais. O Bolsa Família é o um dos*
1753 *usuários. Pra gente que estamos tudo na mesma secretaria, o SENARC que cuida do Bolsa, e do*
1754 *cadastro, o serviço do cadastro é de ótima qualidade. Mas que os demais usuários do cadastro, os*
1755 *serviços estão a quem da necessidade, ou a quem do que os programas usuários precisam. Então,*
1756 *nós temos que fortalecer muito isso ainda. Nós temos que melhorar a comunicação com os*
1757 *beneficiários, nós fizemos uma tentativa em 2013, que foi de mandar carta endereçada para eles,*
1758 *estudar comunicação, de ver... Enfim. Um monte de gente ler a... Em geral eu digo que, assim, as*

1759 *cartas que a gente escreve é uma carta de burocrata que só a gente que consegue entender. Eu*
1760 *brinco com isso falando que uma vez a minha esposa recebeu uma notificação da Receita Federal*
1761 *por um erro que eu cometi na declaração dela, porque sou eu que faço. Eu peguei, abri a carta, eu*
1762 *leve uns três dias para entender o quê que era. Eu não consegui entender simplesmente. Enfim, eu*
1763 *estudei bastante, não é falta de escolaridade. Agora, quando você está ligando com um público que*
1764 *realmente foi privado de estudar, você tem que tomar muito cuidado com a linguagem que você*
1765 *usa. Tem que ser uma linguagem extremamente simples, objetiva, que diga para a pessoa a*
1766 *situação em que ela está e o quê que ela precisa fazer. Então é isso, a gente tem que progredir*
1767 *muito ainda. E se deus quiser, eu acho que, assim, nesses próximos quatro anos, a gente vai*
1768 *reforçar essa via da comunicação direta com os beneficiários, por meio de cartas, trabalhar o*
1769 *conteúdo dessas cartas para que ela chegue com a melhor qualidade possível, e que elas*
1770 *comuniquem da maneira mais fácil e direta possível, o quê que o beneficiário... A situação do*
1771 *beneficiário, o quê que ele tem que fazer. Nós precisamos continuar fortalecendo a articulação*
1772 *intersetorial para o acompanhamento das famílias em situação de descumprimento de*
1773 *condicionalidades, e aqui, vale dizer que, eu gostaria muito que o desafio da intersetorialidade*
1774 *fosse um desafio do tipo catraca, que ele, uma vez que a gente anda para frente, a gente não volta*
1775 *mais para trás. Mas infelizmente a intersetorialidade não é assim. Você vai para frente e se não*
1776 *tiver as pessoas certas, a energia para colocar, a gente recua, a gente experimenta um retrocesso*
1777 *muito grande. Então, esse é um desafio que a gente tem que estar permanentemente atento, e*
1778 *trabalhar no sentido de melhorar, de melhorar a maneira como o estado alcança de forma*
1779 *intersetorial as famílias, especialmente, aquelas em situação de maior vulnerabilidade, que a gente*
1780 *identificada como sendo as famílias em descumprimento de condicionalidades. Finalmente a gente*
1781 *vai continuar trabalhando para o fortalecimento do papel dos conselhos de assistência na*
1782 *participação social do programa bolsa família, tanto do nível estadual, quanto no nível federal,*
1783 *quanto no nível... Especialmente no nível municipal. Há um conjunto de agradecimentos que eu*
1784 *deveria fazer agora no final desse... Dessa administração, dessa gestão. Eu queria agradecer a*
1785 *esse Conselho Nacional de Assistência Social, bem como aos conselhos estaduais e conselhos*
1786 *municipais, aos trabalhadores e trabalhadoras do Sistema Único De Assistência Social,*
1787 *especialmente aqueles que estão trabalhando na ponta dos benefícios, gestores municipais,*
1788 *coordenadores estaduais do programa que foram parceiros fundamentais para que a gente*
1789 *alcançasse esse nível de excelência que o cadastro e o Bolsa Família tem hoje. Aos parceiros e*

1790 *conselheiros governamentais e à sociedade civil pela dedicação, empenho e competência com que*
1791 *tem realizado suas atividades, e contribuído para consolidação e evolução do programa Bolsa*
1792 *Família, e Cadastro Único, inclusive as conquistas que nós tivemos nessa gestão. A todos vocês, o*
1793 *meu muito obrigado. E dizer, que eu desejo que a próxima gestão tenha... Seja uma gestão de*
1794 *parceria e uma gestão de avanços que continue honrando essa história desse programa e do*
1795 *cadastro único. É uma história que nos orgulha muito, especialmente a dos heróis que*
1796 *estabeleceram esse programa lá no iníciozinho, eles fizeram de fato o trabalho mais pesado de*
1797 *colocar o cadastro, de colocar o programa de pé numa época que era muito mais difícil, e eu acho*
1798 *que... Enfim. Eu falo pela equipe, pela atual equipe da SENARC, tudo que a gente quer é não*
1799 *desmerecer a memória dessas pessoas. Sempre penso muito na Rosane que tantas vezes esteve aqui*
1800 *nesse conselho, e que teve um papel tão importante para capitanear o estabelecimento do cadastro*
1801 *único, e o estabelecimento do programa Bolsa Família. E, enfim. A construção dessa relação é tão*
1802 *importante entre as áreas de assistência social de saúde e educação, tanto quanto a construção*
1803 *dessa parceria interfederativa que é absolutamente essencial para o sucesso do programa. Muito*
1804 *obrigado”.* O Presidente ressaltou a importância desse relato, destacando a correção do Programa
1805 superando o próprio índice inflacionário do período e como os programas eram tratados, mas
1806 destacando a matéria que enaltecia o Bolsa Família. A Conselheira Maria Lúcia cumprimentou os
1807 palestrantes, destacando a realização das ações que eram observadas na ponta e o avanço observado
1808 nos municípios. Quanto à SENARC, observou que assim como o MDS, havia passado a tratar dos
1809 municípios, com grandes avanços, mas destacando o pouco conhecimento existente sobre o
1810 Programa Bolsa Família e como era visto atualmente por seus beneficiários, discorrendo sobre esse
1811 serviço e como tratavam os benefícios sociais. A Conselheira Solange destacou a atual gestão da
1812 SENARC, esclarecendo para a Conselheira Clátia o que era o SICON, Sistema de
1813 Acompanhamento de Condicionalidade. A Conselheira Carolina falou sobre a importância de
1814 participar da equipe SNAS, do MDS, e como Conselheira do CNAS, destacando nível que havia
1815 alcançado os dados fornecidos, com todos serem disseminadores desse tema na sociedade brasileira e
1816 não permitindo o retrocesso dessas ações. A Conselheira Cadó. Destacou que a apresentação do
1817 Secretário refutava a opinião do povo que o Programa Bolsa Família propiciava a reprodução
1818 humana e a preguiça do seu beneficiário. Que essas informações e pesquisas que mostravam o
1819 contrário disso, precisavam ser subsídios de todos, para que pudessem mostrar de forma objetiva
1820 que essa realidade era diferente daquela que estava sendo divulgada. A Conselheira Graça destacou

1821 que para os governos estaduais, o processo de concretização da política nacional de Assistência
1822 Social, pelas exposições que haviam sido, vinha sempre acompanhado e definido efetivamente,
1823 pelas instâncias de controle social com raras exceções. Destacou as mudanças realizadas, com
1824 marcos legais, apoio técnico e financeiro prestados pelo governo federal para estados e município
1825 sendo uma realidade significativa, relatando a situação que existia anteriormente. Falou sobre os
1826 recursos, destacando o crescimento da receita da política de Assistência Social nesses últimos anos
1827 e sua colocação política de estado. Que considerando os avanços ocorridos, os gestores estaduais e
1828 municipais tinham uma grande responsabilidade, sugerindo que a Ministra chamasse os
1829 governadores recém-eleitos, ou reeleitos, para a realização de uma oficina, para conhecimento da
1830 realidade atual. O Conselheiro Leovane ressaltou os avanços conquistados nesses quatro anos,
1831 discorrendo sobre as ações que havia acompanhado no MDS, e indicando a satisfação com a
1832 proximidade da SENARC na SNAS. Falou sobre a situação dessas políticas nos estados e
1833 município, sendo preciso modificar a forma de ver as políticas e as ações, relatando o que havia
1834 acontecido no DF. Manifestou preocupação com a organização dos usuários, os quais precisavam
1835 ter maior participação, relatando as dificuldades para que acessassem a situação do seu benefício.
1836 Falou sobre o aperfeiçoamento do Sistema para facilitar o contato, fazer com que fosse um projeto,
1837 uma ação de governo, de estado, bastante popular e acessível a todos. O Conselheiro Anderson
1838 justificou seu atraso, destacando a importância desses quatro anos de governo e a importância de a
1839 SNAS ter dado visibilidade e participação do usuário, que haviam entrado na agenda, discorrendo
1840 sobre os avanços ocorridos para essa participação. Falou sobre a importância DESSAS AÇÕES, do
1841 CRAS e CREAS e do serviço especializado que era oferecido, ademais da interface que ocorria
1842 entre as políticas, favorecendo a assistência ao usuário. Destacou o avanço da política da
1843 Assistência Social, a criação do Fórum Nacional dos Usuários, o qual dependia do CRAS e do
1844 CREAS, do Centro POP e dos demais serviços para fortalecer o usuário na ponta. Parabenizou a
1845 SENARC, discorrendo sobre o cadastramento dos usuários e o direito ao acesso à política de
1846 Assistência Social. Falou sobre a situação da população de rua e que tinha muito a agradecer, sendo
1847 que na próxima Conferência Nacional trariam uma realidade e um avanço diferente para mudar a
1848 realidade do país. A Conselheira Luziele destacou o orgulho de fazer parte dessa equipe, e como era
1849 importante ouvir os balanços apresentados, parabenizando o Presidente por trazer essa apresentação
1850 com as duas Secretarias, destacando a sua importância. Falou sobre a importância do Programa
1851 Bolsa Família e das demais ações em prol do usuário, tendo que defender o SUAS e a política

1852 nacional de Assistência Social, promovendo o controle social, destacando que no dia 7 de
1853 dezembro, a LOAS havia feito 21 anos. Propôs que fosse feito um texto parabenizando, não só por
1854 todo esse trabalho, mas pela maioria absoluta da LOAS e pela maturidade que haviam
1855 alcançado. Falou sobre a importância de a SENARC tivesse um assento inteiro, fosse titular e fosse
1856 suplente no CNAS, trazendo elementos para fortalecer a política. Concluindo, indicou para a
1857 Conselheira, Cadó que havia um livro do Bolsa Família e que gostaria de receber para subsidiar as
1858 ações dos Conselheiros. O Presidente concordou com a proposta de encaminhar esse balanço para
1859 divulgação, solicitando à Comissão de Política que fizesse um estudo desse instrumental para se
1860 debater seu conteúdo, conhecendo melhor as informações repassadas, relatando um fato que havia
1861 acontecido com o CNAS, agradecendo à Secretária Denise e ao Secretário Juiz Henrique pelo
1862 apoio que haviam dado nessa oportunidade. O Secretário Luis Henrique agradeceu pela
1863 oportunidade, informando o material que possuíam e que trariam para ser distribuído aos
1864 Conselheiros. Falou também sobre a propaganda negativa quanto ao Programa Bolsa Família, mas
1865 indicando a pesquisa que trazia que três em cada quatro brasileiros eram favoráveis ao mesmo,
1866 discorrendo sobre o uso dos programas pelos usuários. Que esse era um dos Programas mais bem
1867 avaliados e desenvolvidos pelo governo, tendo que trabalhar para que todos conhecessem como o
1868 mesmo era importante para todos os brasileiros. O Presidente falou sobre o programa de TV que
1869 defendia o Programa Bolsa Família, reafirmando de fato o programa Bolsa Família, o BPC, enfim,
1870 os programas de transferência de renda ajudaram e contribuíram muito para o Brasil se manter
1871 firme nesse impacto externo e interno que havia ocorrido. A Secretária Denise agradeceu a
1872 oportunidade de ter trabalhado nesses quatro anos com o conjunto de Conselheiros governamentais
1873 e não governamentais e que também pensavam o SUAS. Agradeceu o reconhecimento e computou
1874 a importância do CNAS e seu compromisso com essa política pública, perseguindo os mesmos
1875 objetivos. Reiterou a importância do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único e o seu
1876 reconhecimento, destacando o apoio da SENARC para que isso acontecesse. Destacou que o
1877 balanço apresentado era resultado de toda a equipe da SNAS, citando as diretoras que haviam
1878 contribuído efetivamente para esse trabalho, ademais das demais Secretárias. Informou o
1879 lançamento de um livro do Brasil sem miséria, em que vários autores da academia de movimentos e
1880 os Secretários do MDS haviam traduzido o significado dessa estratégia de coordenação de várias
1881 políticas públicas setoriais e de defesa de direitos, para dar voz e atender as demandas do público
1882 em maior vulnerabilidade, conforme havia sido colocado pelo Conselheiro Anderson. Concluindo,

1883 agradeceu o apoio recebido, registrando a recepção da Secretaria-Executiva, ademais de outras
1884 Secretarias ajudando na construção dessa política de atendimento ao usuário. O Presidente
1885 encaminhou ao Pleno a proposta de elaborar uma moção de gratidão para a Secretária Denise e o
1886 Secretário Luiz Henrique pelo que haviam feito pelo Conselho. O Presidente indicou que a
1887 apresentação do calendário ficaria para o dia seguinte, durante o relato da Presidência Ampliada.
1888 **ENCERRAMENTO.** O Presidente encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos.
1889 **ABERTURA. ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a
1890 presença de todos, declarando encerrada a Reunião. Gravaram-se todos os debates e depoimentos
1891 pelo serviço de som deste Ministério e, depois de transcritos, passarão a fazer parte integrante desta
1892 Ata, aprovada em reunião de de de dois mil e catorze.